

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº Sessão Especial

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 31 DE MAIO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Durval Amaral
Líder da Oposição	Waldyr Pugliesi
PTB	Algaci Tulio
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Sérgio Spada
PMDB	Nereu Moura
PPB	Tony Garcia
PT	Hermes Fonseca
PDT	Luiz Carlos Zuk
PSL	Edno Guimarães
PST	Divanir Braz Palma
PL	Serafina Carrilho
PSB	Moysés Leônidas

Representação Partidária

PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA AUDIÊNCIA DO
EXCELENTÍSSIMO SENHOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DO
PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO
GERAL DOUTOR MIGUEL SALOMÃO
REALIZADA EM
31 DE MAIO DE 2001**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Luiz Carlos Zuk e Cesar Seleme.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus e havendo número legal declaramos aberta a presente Sessão Ordinária, que será transformada em Comissão para audiência do Exceletíssimo Senhor Secretário do Estado e do Planejamento e Coordenação Geral - Doutor Miguel Salomão, que irá discorrer sobre o que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal. Para melhor ordenamento da presente sessão, esta presidência irá adotar as seguintes disposições regimentais.

Esta presidência irá adotar os artigos 98 e 99 do Regimento Interno:

1º - O senhor secretário poderá usar da palavra pelo prazo de trinta minutos prorrogáveis por mais quinze minutos.

2º - O senhor secretário somente poderá ser interpelado sobre o assunto objeto de sua prestação de contas.

3º - Encerrada a exposição do senhor secretário, poderão os deputados, fazer interpelações, previamente

inscritos, não podendo cada um fazê-lo por mais de cinco minutos.

4º - Para responder a cada interpelação o senhor secretário terá o mesmo tempo que o interpelente.

5º - Serão permitidas a réplica e a tréplica pelo prazo de três minutos, improrrogáveis.

6º - É lícito aos líderes, após o término dos debates, usar a palavra por cinco minutos sem apartes.

7º - Em qualquer hipótese a presença do Secretário do Estado no plenário não poderá ultrapassar o horário normal da Sessão Extraordinária da Assembléia.

Informo aos senhores parlamentares que a Assembléia Legislativa tem um convite formulado pelo presidente da Renaut, hoje, para um almoço, e terá à disposição dos senhores parlamentares para o transporte, um ônibus que sairá daqui, no máximo ao meio dia e quinze.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor presidente, quero comunicar aos demais parlamentares, que hoje, às 14h00, teremos Sessão da CPI da Telefonía. Por essa razão, não poderemos almoçar na Renault.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Temos o orgulho também, de informar a todos os senhores parlamentares, a visita do Deputado Federal do Congresso Nacional do Líbano, Deputado Abdallah Hassir, a quem damos as boas-vindas em nosso Parlamento.

Temos a honra, também, de receber o cônsul do Líbano em nosso Estado, Senhor Hussein Handar. E vamos conceder a palavra ao representa do Líbano, para transmitir aos parlamentares paranaenses o funcionamento do congresso naquele País.

Com a palavra o Senhor Abdallah Hassir.

O SR. ADBALLA HASSIR (Representante do Líbano)

Em primeiro lugar, Sua Excelência o presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, meus caros colegas e irmãos aqui presentes.

Vim aqui explicar sobre a composição política do Líbano.

O Líbano é uma República Parlamentarista, seu papel é essencial e principal na tomada de decisões internas. Todas as leis e as jurisprudências são editadas dentro do Parlamento Libanês, que é centralizado. As prefeituras e toda a legislação existente também são legisladas dentro do Congresso Nacional Libanês. A nomeação do Presidente da República é feita também dentro do Parlamento, como também a indicação do Primeiro Ministro.

O Congresso Nacional é composto por 128 deputados, para uma população de 3 milhões e meio de habitantes. O Partido que eu represento, pelo qual fui eleito, é o Partido Resbolá, que significa o Partido de Deus, com o qual nós temos 12 cadeiras dentro do Parlamento.

É um dos maiores partidos existentes. O Líbano é composto por um total de 6 províncias, Portanto, o

Partido de Deus, o Resbolá, foi eleito em 4 províncias dentro da República Libanesa.

O Parlamento representa o diálogo entre o povo Libanês em toda as suas facções, em todas as suas ramificações, sejam elas políticas, econômicas ou sociais.

No Congresso Nacional Libanês, onde foram emitidas diversas recomendações políticas para a unificação nacional do Líbano, em todas as suas ramificações, para que eles se voltassem para uma questão crucial que o Líbano vinha passando. Essa questão era o apoio à resistência libanesa contra a ocupação israelense. E conseguiram essa eficiência com muita colaboração de toda a população libanesa.

Os libaneses escolheram um caminho, que foi o de se defenderem de toda e qualquer ocupação. Dentro desse princípio que vinha ocupando o País por mais de 22 anos, apesar de existir a Resolução nº 425, da ONU, que ordenava a retirada imediata e incondicional das tropas israelenses do Sul do Líbano.

Após vinte anos de resistência, o país venceu e saiu vitorioso com a retirada do exército ocupante, agressor, da maior parte do Sul do Líbano. E hoje é o primeiro ano que se comemora a data da resistência, a data da libertação. Essa data é o dia 25 de maio. E este foi agora o primeiro ano, em nível nacional.

Atualmente o Congresso Nacional do Líbano vem legislando para que se possa reconstruir o País, que passou a ter depois da sua destruição, muitas escolas, hospitais, outros órgãos públicos.

É estimado em torno de sessenta bilhões de dólares, o custo para a reconstrução do Líbano. Então o País inteiro vem trabalhando para que isso possa ser concretizado.

Atualmente contamos com a colaboração do mundo inteiro e principalmente das “Nações Amigas” e “Irmãs”, que é o caso do Brasil, onde as relações entre os dois Países, devido às raízes existentes por parte dos descendentes, vêm a reconstruir e edificar a Nação. Contamos muito com essa colaboração para que assim possa progredir e buscar o progresso.

E muito me interessa demonstrar aqui, ao povo brasileiro, a verdadeira imagem com a qual a resistência libanesa teve dentro do Líbano, pois a mídia internacional, principalmente, através do sionismo alicerçado no mundo, tentaram denegrir a verdadeira imagem da resistência existente e o direito do povo de se defender da ocupação.

No final, agradeço a Sua Excelência, o presidente da Assembléia Legislativa, a todos os meus colegas do Parlamento, a todos os presentes na sessão de hoje. E, através dos nobres deputados que representam o povo, os meus sinceros agradecimentos e rogo a Deus muita prosperidade, progresso e desenvolvimento à Nação Brasileira.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em nome da Assembléia Legislativa, fará uma saudação aos nossos ilustres visitantes o Deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, senhores deputados, Deputado Federal Abdallah Hassi, do Partido Resbolá, do Líbano, nosso Cônsul Hussein Handar, grande amigo, companheiro, pessoa notória na cidade de Curitiba, Sheik Mohamad Kalil, Líder da Mesquita de Curitiba.

Para todos nós é uma grande honra recebê-los aqui na Assembléia Legislativa do Paraná, justamente este Estado que foi destinatário de uma grande parte da colônia libanesa, quando ela imigra para o Brasil e aqui vem contribuir com as nossas raízes, vem contribuir com o fortalecimento deste Estado.

Vejam os senhores, que o Líbano é muito bem representado aqui, nesta Assembléia. Temos o Deputado Cesar Seleme que está à Mesa, temos o Deputado Ricardo Chab, temos eu, como deputado, temos ainda um grande companheiro, Deputado Beto Richa que hoje é vice-prefeito da cidade de Curitiba, e temos também na nossa Câmara Municipal de Curitiba, inúmeros representantes de descendente de libaneses. Para nós, como disse, é uma honra muito grande recebê-lo, senhor deputado federal, porque demonstra o carinho que o Líbano e o Brasil mantêm, este veículo de verdadeira irmandade.

Quando para cá vieram os nossos ancestrais, trazendo na sua bagagem a sua sabedoria mas principalmente, trazendo esse espírito de resistência, de luta, de irmandade, que tanto o Brasil faz crescer e nos mostra cada dia, ser a possibilidade de um País onde todos convivemos: credo, religiões, descendências, e aqui podemos ser felizes.

Então isto, me parece, ser um carinho muito grande daqueles que vieram do Líbano e aqui demonstram poder ser, esta terra, uma terra de todas as gentes.

Mas sabemos, principalmente que nesta data que Vossa Excelência traz a esta Casa, a data da libertação, a data da resistência, e só podemos desejar que este povo libanês, que tanto fez pelo mundo e temos que lembrar, está aqui o nosso Secretário Miguel Salomão, mais um descendente, também, de libaneses, do papel que o Líbano desde o início do mundo teve, quando fez toda a inter-relação de comércio desde a antiguidade até o mundo moderno.

Não podemos esquecer do nosso Líbano, quando era chamado a Suíça do Oriente. Este Líbano que trazia só alegria para todo o Oriente, mas principalmente, era um exemplo para todas as Repúblicas Árabes. E, tenho certeza, este Líbano tem o seu papel e através de deputados como Vossa Excelência e de outros companheiros, irá manter esse papel junto a todas as Repúblicas Árabes, mostrando a sua personalidade, mostrando - através da sua resistência, que o povo libanês quer viver em paz,

harmonicamente, mas que exige antes de mais nada, o seu respeito.

Tenham, Vossas Excelências, a certeza que, nós, povo do Paraná, estamos irmanados nesta causa, mas principalmente, desejamos a paz tão almejada, mas uma paz com respeito ao Líbano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Agradecemos a presença dos ilustres visitantes.

Suspendemos a sessão por três minutos para os cumprimentos ao nosso colega parlamentar do Líbano.

Reiniciada a Sessão Pública, com a palavra o Senhor Secretário Miguel Salomão, por 30 minutos, prorrogados por mais 15 minutos.

O SR. NEREU MOURA

Uma questão de ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Questão de ordem, Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Artigo 107, do Regimento Interno: A Sessão Plenária da Assembléia, será transformada em Comissão Geral por proposta conjunta de líderes ou por um terço dos membros da Assembléia, sob direção do presidente.

Parágrafo 5º, inciso 2º: o requerimento propondo constituição da Assembléia em Comissão Geral, só será submetido à discussão e votação, decorridos 24 horas de sua apresentação. E deverá conter desde logo, o objeto, dia e hora da reunião.

Então, senhor presidente, levantei esta questão de ordem, para dizer-lhe o seguinte: nós não iremos questionar a sua determinação de transformar a sessão de hoje em Comissão Geral, em que pese não estar obedecendo o que pressupõe o Regimento Interno da Casa. Queria sugerir-lhe o seguinte: conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu artigo 9º, inciso 4º: até o final do mês de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo, demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na Comissão referida, no inciso 1º do artigo 166, da Constituição ou equivalente, nas Casas Legislativas Estaduais e Municipais, como preconiza a Constituição Federal.

Queria sugerir-lhe, o seguinte, nesta questão de ordem: que no próximo quadrimestre, Vossa Excelência mande cumprir o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, criando uma Comissão nesta Casa para emitir parecer sobre a Gestão Fiscal do Governo, relativo ao quadrimestre que virá e esta Comissão possa elaborar o parecer e fazer audiência pública, com a presença aqui das autoridades do governo.

É esta questão de ordem que quero formular a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado, com certeza, porque há possibilidade, Deputado Nereu Moura. É a primeira Sessão Pública que nós realizamos. Em relação à Lei Fiscal, nós entendemos perfeitamente a posição de Vossa Excelência, e ontem nós já fizemos um apelo ao Poder Executivo, que as informações que devem ser prestadas à Casa têm que vir com uma certa antecedência.

Tenho certeza que poucos senhores parlamentares tiveram condições de analisar o que foi apresentado ontem.

Então com certeza, na próxima audiência, nós vamos cumprir o que Vossa Excelência pede.

Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, quero fazer coro às palavras do Deputado Nereu Moura; dizer que eu acabei de receber aqui um simples relatório e naturalmente não posso fazer juízo em um minuto, sobre as contas de 4 meses de governo.

E também dizer a Vossa Excelência que a Lei determina uma Comissão Especial para analisar, exatamente por isso.

É por isso que a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que o governo deve mandar à Comissão da Assembléia Legislativa, que fará então o primeiro trabalho, onde informará aos membros do Poder Legislativo sobre o balancete, porque, além do que constatar ao lado do governo, os deputados estão basicamente ausentes.

Então, senhor presidente, não sei, não vou me considerar satisfeito, se não puder fazer as perguntas.

Espero ter a oportunidade, por ser 3, 2 minutos, não é debate de televisão.

É uma audiência pública, sobre as finanças do Estado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós vamos cumprir exatamente o que estabelece o Regimento Interno desta Casa.

Consulto o Plenário, se há necessidade de fazermos a leitura de todo o expediente recebido.

Acho que todos os senhores parlamentares receberam.

O 1º Secretário, Luiz Carlos Zuk, está à disposição para fazer a leitura, se for necessário.

O SR. NEREU MOURA

Não, senhor presidente. Vamos permitir que o secretário faça a análise.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra por 30 minutos, prorrogados por mais 15, o Secretário Miguel Salomão.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Obrigado, senhor presidente, senhores deputados.

É uma honra voltar aqui, e completarmos então aquela tentativa de ontem.

Inicialmente queria dizer que todos estamos aprendendo aqui nesta 1ª audiência, a melhor maneira de fazê-la, dentro do mais rigoroso interesse público.

A presença hoje aqui, do Parlamentar do Líbano, nos chama a atenção pelo fato que é um país que é bem a síntese desta Assembléia.

O Líbano consegue reunir em harmonia todas as religiões, todas as correntes étnicas, e tem sistema parlamentarista realmente admirável.

O presidente da República é escolhido sempre em uma religião, o primeiro ministro sempre na outra. Eles dividem e compartilham em favor de uma causa comum, que é o País. Reconstruir o País em uma causa comum.

Acho que a Lei de Responsabilidade Fiscal, é uma causa comum nossa, para reconstruir uma nova forma de sociedade brasileira não mais cair nos desequilíbrios na hiper inflação, na estagnação econômica.

Então acho que todos nós aqui, independente de vinculação político-partidária, temos essa causa comum.

A boa causa da boa gestão pública. Então valeu a pena e continua valendo buscarmos arduamente o entendimento do objeto.

Como é de conhecimento da maioria da população, e está no artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, são diversos os instrumentos de gestão pública, objetos de atenção pela Lei, no que tange à transparência.

Os planos anuais de governo, aprovados nesta Assembléia, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada também; a Lei Orçamentária Anual; as prestações anuais de conta.

Eu gostaria de deixar bem claro, aqui, o relevante papel, que têm o Poder Legislativo e o Tribunal de Contas, na análise verdadeira da prestação de contas, os relatórios resumidos da execução orçamentária, que são bimestrais e estão na Internet, sempre que são preparados pela Secretaria da Fazenda e o relatório de gestão fiscal, que ontem já foi disponibilizado na Internet e que foi entregue também, aqui, na Assembléia.

Por último, eu diria não menos importantes, mas não tão grande, essa avaliação do cumprimento das metas fiscais, que é a razão da minha visita aqui.

São tantos documentos submetidos à análise por setores competentes e tecnicamente equipados, que não será essa minha audiência aqui a última ou a única instância, para que as contas do governo possam ser submetidas ao crivo do Poder Legislativo.

O Poder Legislativo tem uma faculdade enorme e extraordinária, que senti na própria pele, Deputado Zuk, na semana passada. Fiquei contando no relógio; era o último dia para encaminhar à Assembléia a resposta a um requerimento do Deputado Zuk, em cima do resultado do Censo 2000. O Deputado Zuk fez uma série de perguntas importantes, de que modo o Censo 2000 reflete nos problemas de governo e o que faremos à frente. Eu tive o cuidado, eu próprio, de redigir uma resposta de 23 pági-

nas, mobilizando o Ipardes e toda a Secretaria de Planejamento e, no último dia vim com meu motorista aqui, sendo entregue no gabinete do 1º Secretário, Deputado Rossoni, a resposta mais respeitosa que puder dar, porque entendo que é fundamental que se preste ao Poder Legislativo, no prazo estabelecido, não a resposta telegráfica, mas a resposta que sirva ao interesse público.

Cito um exemplo, para mostrar como temos tantos mecanismos que permitem ao Poder Legislativo, com a espada do prazo fatal de 30 dias, sob pena de desobediência, que obriga toda essa equipe - estou acompanhado, aqui de toda a equipe da Fazenda, do Planejamento - a ter esse compromisso de honra. Qualquer requerimento sobre qualquer informação que esteja nesse relatório, será respondido no prazo legal pelos técnicos que o elaboraram, que darão todo o esclarecimento que for necessário.

Não me considero tão sábio e nem tão preparado, que pudesse, neste momento - como os senhores deputados também, ao receber este material, seria desumano e cruel imaginar que já se fizesse uma sabatina, em torno deste material. De modo, que temos todos os mecanismos para nós, que somos homens públicos, com visão estratégica de futuro. E ninguém tem visão mais estratégica do que o parlamentar, que está em sintonia permanente com o cliente do Estado, que é o cidadão. Está em sintonia permanente com as transformações que estão ocorrendo nas famílias, na vida, na política. O deputado é essencialmente alguém que pensa estrategicamente, o tempo todo. Eu próprio me considero assim.

Gostaria de relatar aqui os resultados, um resumo do que está neste material distribuído e, a partir desse resumo, mostrar a visão estratégica, diante da crise de energia elétrica que o País está vivendo e diante do novo horizonte econômico que está sendo apresentado.

O primeiro indicador de meta fiscal relevante é a receita corrente líquida. Se ela não se realiza, manda a Lei de responsabilidade Fiscal, que os empenhos sejam sustados. Não se pode empenhar verba de orçamento se aquela programação de receita que estava no orçamento, não se cumpre. O primeiro indicador tinha uma projeção de receita líquida, tecnicamente apurada pela Secretaria da fazenda, de 1 bilhão, 954 milhões, 166 mil reais e realizamos no primeiro quadrimestre, um pouco mais que isso, 1 bilhão, 991, 915, que é a receita corrente líquida do quadrimestre. Portanto, com um excesso sobre a previsão, de 1,93%. Por essa razão, aquela determinação de cortar empenho, que a lei determina no artigo 9º, não foi necessária ser aplicada nesse quadrimestre.

Temos uma decisão do Supremo Tribunal Federal, senhor presidente - é muito importante citar -, que acatou uma Adin, - Ação Direta Constitucional, reconhecendo que o Poder Executivo não pode cortar empenho dos demais poderes, só os respectivos chefes de poderes, por iniciativa própria, podem fazer o corte de empenho, essa foi uma primeira alteração na Lei de Responsabilidade

Fiscal decorrente de uma decisão do Supremo Tribunal Federal.

Então qual é o dever do Poder Executivo? É comunicar aos poderes que, se a arrecadação cair, que cada chefe de poder faça o corte de empenho, e responda perante a lei pelo cumprimento ou não da determinação desse corte.

Mas felizmente, a meta do primeiro quadrimestre revela que esse tipo de ameaça não recaiu sobre nós porque a arrecadação superou a meta do período e isso se deve ao esforço de arrecadação, como se deve também ao reflexo da base tributária nova que temos com a nova base de produtos industriais que o Estado está gerando.

O resultado primário também teve uma posição muito confortável. Nós fechamos o quadrimestre com os dados apurados tecnicamente pela Fazenda, pelos critérios da STN, com o resultado primário de 423 milhões de Reais, e aqui vamos falar de sazonalidade. O nosso Estado tem época que arrecada mais, tem época que arrecada menos, tem época que paga mais salários, que é o 13º, tem época que paga menos.

Então, o critério para distribuir ao longo do ano a receita, tem que levar em conta que eu devo guardar um pouco do que arrecado no primeiro quadrimestre, para atravessar o segundo.

Eu lembro bem dos dois anos e meio que eu fiquei na Secretaria da Fazenda, como a gente, o primeiro quadrimestre, naquela época tinha o semestre do soja, era fantástico, o primeiro quadrimestre, porque o semestre do soja era muito grande, depois Jaime Lerner tirou, mas mesmo assim ficou no primeiro quadrimestre sempre um desempenho que o segundo e o outro melhor que os outros dois.

Por isso que é necessário que o resultado primário seja bom no primeiro quadrimestre para a gente ter um certo conforto, e o número apresentado pela Secretaria da Fazenda é de 423 milhões, 615 mil de superávit primário.

A despesa total com o pessoal do Poder Executivo também se comportou dentro do previsto.

Nós tivemos: Ativos, uma despesa de pessoal dos 606 milhões, para uma previsão de 582. Então houve um acréscimo em relação à previsão de 4%, que é o crescimento vegetativo, os quinquênios, as promoções, isso é natural dentro do ano um crescimento vegetativo da folha de 5%, independentemente de aumento, de contratar alguém porque reflete isso.

Já nos inativos e pensionistas, e aí está o ponto importante para pensar estrategicamente, nós tivemos uma despesa de 321 milhões, quer dizer, um pouco mais do que a metade do que gastamos com ativos, que foi 600, nós gastamos com inativos e pensionistas 321, aqui incluída a contribuição patronal para o fundo de pensão, e superou a previsão que era de 278 milhões em 15%. Por quê? Porque é exatamente no sistema de aposentadoria e pensões do Estado que está o grande fator estratégico de ajuste fiscal, que será completado dentro do modelo atuarial do Paranaprev-

idência, com as contribuições dos servidores do Estado ao longo do tempo.

Não se cobra um déficit que estava na Constituição de 89, no artigo 38, reconhecido, o Estado pagará em 180 prestações mensais o déficit previdenciário com o IPE, artigo 38 da DCT, da Constituição de 89, não se pode pagar isso em um ano, por aí vai se penalizar todo professorado, a política, vai ter que cobrir só o déficit previdenciário.

Então, o Paranaprevidência tem um plano atuarial confortável para ao longo do tempo, cobrir esse déficit, e na verdade nós continuamos tendo aposentadorias no Estado, que fazem da folha de inativos e pensionistas crescer num ritmo maior do que a receita. Daí a necessidade de manter aquele plano atuarial que deu origem à Paranaprevidência, que foi nesta Assembléia amplamente discutido e aprovado, e que vai certamente no futuro ser orgulho para todos aqueles que ajudaram a construir esse edifício previdenciário, que é a garantia das famílias dos trabalhadores do Estado no futuro e de maneira sustentável.

Outro indicador importante é a dívida consolidada. O limite estabelecido na resolução nº 78, do Senado, é que a dívida consolidada do Estado não deve ultrapassar 1,7 da receita Corrente Líquida. Ou seja, qualquer Estado que tenha uma dívida acima de 1,7 da sua receita está em situação de desequilíbrio. Atualmente está na CAE uma proposta de resolução para refixar em duas vezes a receita Corrente Líquida. Essa proposta foi encaminhada após a Lei de Responsabilidade Fiscal assim determinar em 90 dias, após 4 de maio, ou seja, até 4 de agosto de 2000, o Presidente Fernando Henrique encaminhou ao Senado uma minuta de Resolução propondo que o limite de indvidamento dos Estados seja duas vezes a Receita Corrente Líquida. A CAE ainda não examinou essa minuta, nós, secretários de Planejamento, de cujo fórum sou presidente, estamos acompanhando na CAE essa questão, e até lá vale o limite da Resolução nº 78, que é 1,7.

Pois bem, esse limite nos daria uma capacidade de uma dívida consolidada de nove bilhões, novecentos e cinquenta e sete, mas nós fechamos o quadrimestre bem abaixo disso, com uma dívida consolidada de sete bilhões, seiscentos e cinquenta e dois milhões, no conceito de todos os mapas da STN da Portaria nº 470. Portanto, 23% abaixo do limite legal de 1,7 vezes, a receita Corrente Líquida.

Outro indicador é a concessão de garantias, que é limitado a 25% do estabelecido para a dívida e que tinha um limite para garantias de um bilhão quatrocentos e sessenta e quatro. Nós fechamos o quadrimestre com uma posição de 1.158.398, apenas 19% e não 25%. Portanto, com 20% abaixo do limite legal.

Se olharem o quadro das garantias.

A maior parte é garantia da dívida da Coapar do Sistema de habitação, que foi um contrato firmado em dezembro de 1994, e que representa hoje uma dívida do

Sistema Habitacional do Estado de quinhentos milhões com o Banco do Brasil, que está com a garantia do Estado firmado, e muito bem firmado, pelo governo anterior ao nosso, porque é uma área importante, social da educação.

Agora temos o novo plano de perdoar o saldo dos devedores do Sistema Habitacional, na regularização do SFVS que estamos usando esse mecanismo, que foi aprovado, que boa parte dessa garantia que dá quase metade, seja anulada na medida que exercitemos o direito de liquidar os saldos devedores do Sistema Habitacional do Estado usando a nova faculdade criada pelo Governo Federal.

Há um pequeno aval da Copel, que não é grande coisa, e há também trezentos milhões de aval das operações da Sanepar para saneamentos que o Estado sabia-mente concedeu, porque é do mais relevante interesse público, que não só nesse governo, mas de todos os governo antecedentes.

Temos o quadro das metas fiscais fundamentais, perfeitamente confortável nesse quadrimestre.

Vem a pergunta.

- Estamos confortáveis para o resto do ano?

- A crise de energia elétrica vai comprometer a nossa arrecadação?

- A crise de energia elétrica vai afetar o PIB brasileiro e, ao afetar o PIB brasileiro afetará as receitas que entram no fundo de participação, o IPI, o IRF?

Não podemos esquecer que somos parceiros do Governo Federal, porque temos uma parte do Imposto de Renda e do IPI colocado no Fundo de Participação dos Estados e Municípios. Portanto, é preciso termos “um olho no peixe e outro no gato”.

Nós temos que ter um olho na economia do Paraná, que é um ambiente diferenciado do ponto de vista econômico. Já vou explicar o porquê. Ter um olho também no cenário nacional, porque nós somos parceiros das receitas Tributárias da União, através do Fundo de Participação.

Sobretudo a economia paranaense, não é uma economia intramuros, a nova vitalidade depende de que as portas desse muro com outros Estados, que podem ter crise, continuem bastante abertas. O comércio interestadual é vital para que a produção industrial de cada Estado se mantenha.

Portanto, é preciso que em termos de metas fiscais tenhamos em conta o seguinte: - O quase total das nossas receitas é “*ad valores*”, é um percentual do PIB. Se o PIB cai a receita cai.

Se a receita cai, o artigo 9º da Lei manda que cortemos empenho no Executivo e que cada Poder, ou faça o corte de empenho no seu Orçamento. Evidentemente isso nos remete à seguinte pergunta: Até que ponto a performance da economia paranaense projetada na meta fiscal, que é um crescimento do PIB para este ano de 6%, se mantém ou não? Bem, tenho discutido muito isso em dois fóruns. O Fórum de

Secretário do Planejamento e o Fórum de Secretário da Energia, ao qual faço parte.

No Fórum de Secretários da Energia temos chegado à seguinte conclusão: O Paraná, hoje, se fizer economia de energia elétrica, vai jogar água pelo vertedouro, o que é absolutamente insensato, porque não tem como transmitir mais para São Paulo a energia que economizarmos. Eu deveria estar hoje de manhã, mas com muito mais prazer e honra estou aqui, estar no palácio do Planalto onde está ocorrendo, neste momento, o Fórum dos Secretários da Energia do Brasil, com a Comissão da gestão da crise. O governador pediu que eu ficasse e designasse outro secretário, pedi ao Secretário Alex Beltrão, que é da área de energia, é o coordenador da área de energia do Estado, para ir a Brasília. Neste momento, ele está lá, representando o Paraná e ouvindo.

Então, estou citando isso não para dizer, ou lamentar o fato de não estar lá. Prefiro estar, aqui, porque considero a Lei de Responsabilidade Fiscal muito importante, até para o meu projeto pessoal de vida. Mas sei muito sobre energia, pelo fato de que até ontem eu era o concentrador no Paraná de todas as informações de energia.

Posso quase garantir aos senhores, que a nossa meta de arrecadação de ICMS, a nossa meta de recebimento do fundo abalado, não sofrerá abalos preocupantes. Temos, em relação ao País uma situação confortável pelo fato de que o linhão que transmite energia elétrica das barragens aqui do Rio Iguaçu, do sistema sul, do Rio Uruguai, ele tem uma capacidade de 2300 MW, já está totalmente tomada. E estamos, graças a Deus, com os nossos vertedouros cheios; à noite está vertendo um pouquinho de água. Os nossos reservatórios estão tão cheios que podemos afirmar ao País, não se trata nem de exigir, é ser racional e dizer: se eu economizar água no Paraná não tenho como mandar energia, porque a capacidade de transmissão de 2300 MW está atingida. Se eu botar 2700 tenho que achar um engenheiro elétrico, que assine embaixo, dizendo que não vai cair o sistema nacional. Se botarmos mais energia na linha, que por exemplo, sai aqui das represas do Rio Iguaçu por Ivaiporã, se o excesso de energia derrubar essa linha, derruba todo o sistema nacional: São Paulo, Rio, Minas, o Brasil inteiro, é nós nos recuperamos em 3 ou 4 horas, nós reacendemos em 3 ou 4 horas, mas o resto do País leva um dia para reacender.

Então não adianta, é uma temeridade querer injetar mais energia se as linhas de transmissão não aguentam. Se elas não aguentam, porque eu vou economizar energia aqui e vou jogar água pelo reservatório? Eu não posso jogar água pelo reservatório, porque é um crime contra a economia do Brasil. E quando digo economia do Brasil, quero marcar o seguinte: mantendo a economia do Paraná com nível de atividade econômica, com energia, o que vai acontecer?

Olha, que interessante isso. Uma fábrica que em São Paulo costumava trabalhar com 3 turnos, por exem-

plo, não tem energia para o 3º turno, mas tem um parceiro industrial no Paraná, que está com 1 turno, pode fazer 2, e pode manter o mesmo nível de produção. Esta parceria, os empresários espontaneamente vão descobrir, vão achar. E ganha o Brasil, por quê? Porque o IPI não cai, a arrecadação dos impostos federais não cai, o fundo de participação dos estados e municípios não cai e o nosso ICMS não cai.

Então, queria dizer o seguinte: que como a Lei de Responsabilidade Fiscal manda que ao analisar as metas se proponha medidas para enfrentar eventuais quedas de arrecadação, estou rigorosamente dentro do que determina a Lei, o artigo 54, o 9, o 52, dizendo o seguinte: temos que pensar seriamente de maio a dezembro o que vai acontecer com a nossa arrecadação em função da crise de energia. E a visão estratégica que tenho e repasso aos nobres parlamentares, é de que, efetivamente, o Paraná por ser um Estado onde a chuva se mantém e onde a transmissão está em gargalo, o Estado do Paraná tem que dizer para o País: “olha, vamos por mais turnos aqui na nossa fábrica. O turno que você parar lá no Sudeste, porque a energia não chega lá, põe aqui. Terminada a crise esse turno volta para lá. “Nós não queremos cair naquele pecado mortal de suar a desgraça alheia para pisar nos outros e subir. Queremos que o Brasil seja salvo da crise e nós podemos fazer a diferença pelo fato de que, o regime de chuva aqui...

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, todos nós aqui gostamos muito do Secretário Miguel Salomão. Todos nós conhecemos a questão da energia brasileira e a questão da nossa função enquanto parlamentar.

Acho que tínhamos que aproveitar este tempo que é escasso, para perguntas e respostas objetivas.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Neivo Beraldin, o secretário está fazendo a sua explanação e continua assegurada a palavra a ele.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Muito obrigado, senhor presidente. A nossa responsabilidade perante a lei e a previsão de receitas, é olhar seriamente o futuro próximo, para ver se teremos de fazer corte de despesa ou não. E estou tentando passar uma posição do governo, para que os senhores deputados tenham essa informação que acho relevante, e possam, certamente, dar a sua contribuição nos meses vindouros caso seja necessário fazer ajuste no orçamento ou qualquer reavaliação da nossa capacidade de despesa.

Outra questão fundamental que pode afetar a nossa receita e a nossa despesa, além da sazonalidade que falei, além da questão do comportamento do PIB é o fato de que o Governo Federal está tendo que, neste momento, fazer reajustes de preços. A sobretaxa sobre energia elétrica - que não vai nos atingir, vai tornar a energia mais

cara fora do Paraná do que aqui dentro. O petróleo está tendo, neste momento, o seu sistema de preço reavaliado. O governo estuda se vai ter que aumentar em 10% os derivados de petróleo. E isso é algo que efetivamente pode afetar o País todo. A nossa visão é de que o Paraná está dentro da estratégia de estabilização fiscal que a lei impõe e exige, cumprindo bem os ditames da lei.

Não temos, neste primeiro quadrimestre, nenhum resultado que possa ser merecedor de críticas no sentido de que o Estado descuidou, o Estado não foi providente, o Estado não foi austero. Aliás, todos são testemunhas da autoridade com que o nosso caixa vem sendo gerido pelo Secretário Ingo Hubert, pela competente equipe da Secretaria da Fazenda e isso nos dá a condição de dizer: “Até aqui estamos cumprindo o nosso dever e fazendo tudo certo”. Daqui para frente, teremos que cumprir, também, mesmo que a condição da economia piore no Brasil.

Volto a repetir, tenho para mim que a condição da economia no Paraná não irá piorar. Quem sabe, até, sem que a gente esteja tirando proveito da desgraça alheia, possa até melhorar a nossa performance em virtude dos turnos a mais adicionais que a indústria do Sul poderá ter com a transferência da indústria do Nordeste.

Em relação ao relatório que os Poderes estão publicando, penso e concordo com a intervenção dos senhores deputados, do Deputado Nereu Moura e tudo, de que isso tem que ser objeto de uma cuidadosa leitura, de uma cuidadosa análise. São números muito complexos. Esses boletins, Deputado Nereu Moura, pela primeira vez estão sendo usados, porque eles foram publicados numa Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional e todos os estados brasileiros, todos os municípios brasileiros estão tendo que enfrentar a árdua tarefa de adaptar os seus mapas anteriores a esse novo tipo de mapa que exige muito cuidado, porque ali há conceitos que têm sutis diferenças: uma coisa é receita líquida, outra coisa é receita corrente líquida. Se olharmos bem, qual é a diferença? São os juros que a conta do Tesouro tinha no Banestado; para quem é do ramo isso é fácil de perceber.

Eu queria colocar à disposição dos senhores deputados todos os técnicos do governo, do Planejamento, da Fazenda, para darem todo o assessoramento, para que possam ter essas informações, entendê-las. Evidentemente que a nossa liderança, o Deputado Durval Amaral, será o condutor de toda essa atenção à Assembléia Legislativa, temos a certeza que esse é um compromisso que o deputado já assumiu ontem e a equipe técnica hoje reforça e renova. Por quê? Porque nós estamos lidando com um novo modelo de transparência, de exposição, de publicação, das contas públicas, e estamos todos aprendendo. Hoje está reunido, em Belém do Pará, o Fórum de Secretários do Planejamento. Eu deveria estar lá, eu ia para Brasília e acabei ficando aqui. Mas, está reunido lá, em Belém do Pará, o Tribunal de Contas do Paraná, o Procurador - Doutor Fernando Guimarães, do Estado junto ao Tribunal de Contas do Paraná, está em Belém falando, neste momento, para todos os secretários de Ple-

nejamento do Brasil qual é o método, o critério de apresentação e de transparência. Há um pacto, uma irmandade, espontâneo, eu diria até emocional, entre todo mundo que quer ver o Brasil com contas claras, transparente.

Mas aí vem, então, a conseqüências: a difícil leitura de número que até então estavam só no âmbito da preocupação dos técnicos, e hoje estão no âmbito da preocupação de toda a população. A população brasileira tem que ser educada para entender os títulos, a denominação e tudo aquilo que se refira às contas públicas. Acho que essa é uma parceria que nós podemos fazer e que de bom grado eu aceito.

Não sei, senhor presidente, se eu já esgotei o meu tempo, mas fico à disposição dos senhores deputados para qualquer esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Nós agradecemos a exposição inicial do senhor secretário.

Encontra-se, aqui, na Mesa o registro de inscrição dos seguintes Senhores Deputados: Nereu Moura, Neivo Beraldin, Edson Strapasson, Hermes Fonseca, Orlando Pessuti, José Maria Ferreira e Marcos Isfer.

Cada deputado poderá interpelar pelo tempo de cinco minutos. O senhor secretário terá o mesmo tempo para a resposta. A réplica e a tréplica serão concedidas no prazo de três minutos; improrrogáveis.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, quero consultar a presidência se eu estou inscrito antes do Hermes Fonseca?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Não está. Até gostaria de abrir, aqui, a inscrição. Quem mais gostaria de se inscrever?

O SR. IRINEU COLOMBO

Mas, o secretário acabou de anotar, aqui, na minha frente! O que está acontecendo?!

O SR. ADEMIR BIER

Quero me inscrever, senhor presidente.

O SR. IRINEU COLOMBO

Também quero me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Esta presidência recebeu aqui as inscrições...

O SR. IRINEU COLOMBO

Quero consultar os deputados que estavam à minha volta: estava inscrito ou não, deputados?

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Se houver a concordância dos nobres parlamentares, nós colocamos, então, o senhor antes do Deputado Hermes Fonseca.

O SR. IRINEU COLOMBO

Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra o Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, Senhor Secretário Miguel Salomão.

De fato o problema de números é para técnicos, para pessoas do ramo, pessoas que convivem no dia-a-dia com toda essa parafernália contábil, fiscal. Enfim, não é fácil para nós que temos assim um vasto campo de atuação podermos ter uma análise muito próxima dos dados, todavia, temos uma idéia.

Por isso, senhor secretário, eu também sei que meia-hora é impossível poder relatar, fazer uma radiografia do Estado do Paraná, tendo em vista o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Tenho alguns questionamentos bem simples, singelos, e eu gostaria de bate-pronto, assim, formular algumas questões a Vossa Excelência.

O primeiro questionamento: o documento apresentado não cumpre o que determina o artigo da Lei de Responsabilidade Fiscal, que exige o relatório de Gestão Fiscal, que seja assinado pelo Chefe do Poder Executivo, presidente, demais membros da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, pelo Presidente do Tribunal de Contas e demais membros do Conselho de Administração do Poder Judiciário e pelo Chefe do Ministério Público, pergunto: por que o relatório não apresenta a consolidação das contas dos três Poderes e do Ministério Público, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Obrigado, deputado! Isso...

O SR. NEREU MOURA

Com licença. Eu tenho, depois, outras perguntas para formular, senhor presidente, mas como, digamos que há um bom senso aqui, é uma pergunta interessante, que gostaríamos de ouvir, ele vai respondendo e eu vou formulando outras perguntas dentro do prazo dos dez minutos que eu teria e o secretário...

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Nós vamos conceder essa flexibilidade, obviamente respeitando o prazo de dez minutos para o bate-rebate das perguntas entre Vossa Excelência e o secretário.

O SR. NEREU MOURA

É, temos que ter o bom senso para esclarecer essas dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o senhor secretário.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Obrigado! Vou ser bem objetivo. Nós debatemos muito isso no Fórum de Secretários do Planejamento e ficou estabelecida a autonomia dos Poderes. Cada Poder publica o seu relatório do artigo nº 54, até porque não faria sentido chegar o Chefe do Poder Executivo para relatar as contas do Legislativo, dentro do Legislativo.

Quem tem que relatar, pelo Poder Legislativo, cumprindo o artigo nº 54, é o Poder Legislativo, ao publicar o seu relatório e fazer a apresentação. Isso está sendo notado em todos os estados, quer dizer, cada Chefe de Poder assina, e o Governador Jaime Lerner, assinou, com o doutor Almedes, os relatórios exigidos pela Lei e pela Portaria da STN (?) e, portanto, cada Poder, dentro da autonomia dos Poderes cumpri a lei, que aliás é decisão do Supremo, em relação ao corte e é muito coerente com a decisão do Supremo Tribunal Federal de não aceitar que o Executivo corte o empenho dos demais; não temos o poder de intervenção nos demais Poderes, que soberanamente cumprem a lei e respondem pelo artigo nº 54.

O SR. NEREU MOURA

De qualquer forma é bom salientar que a Lei de Responsabilidade disciplina de uma forma um pouco diferente. O segundo questionamento: até o primeiro quadrimestre, o Governo do Estado já gastou mais de um terço da dotação com despesa de pessoal e encargos sociais. Sendo assim, é sabido que a meta fiscal prevista não será atingida, visto que a dotação orçamentária do corrente ano é insuficiente para o pagamento dos salários dos dois quadrimestres restantes, mais o décimo terceiro salário. Primeira pergunta: quais providências estão sendo tomadas pelo executivo para o atendimento da meta estabelecida pela dotação orçamentária do exercício? Segunda pergunta: qual o percentual do comprometimento da receita líquida com o gasto de pessoal nos últimos doze meses, dos três Poderes do Estado e mais o do Ministério Público?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Bom, o quadro número doze, assinado pelo Governador Jaime Lerner e pelo doutor Almedes, fornece os dados no que tange ao Poder Executivo como manda a Lei e os dados são os seguintes: tivemos uma receita corrente líquida, está no quadro número doze anexo ao documento enviado, uma receita corrente líquida de um bilhão, novecentos e noventa e um milhões, à despesa de pessoal. Pelo conceito da lei, que é chamada de despesa total com pessoal, que a STN de despesa líquida, aqui, é a mesma montagem da fórmula, de novecentos e vinte e sete milhões, trezentos e cinquenta e três mil. E o percen-

tual 46,56 ficou abaixo do limite legal de 49. Não que nós tivéssemos demitido alguém, é que se paga o décimo terceiro no primeiro quadrimestre.

Por isso, é importante aguardar, a Fazenda aqui está... Aquele superado primário que mencionei, inclui a reserva necessária para enfrentar uma despesas de pessoal maior no fim do ano, que é por causa do décimo terceiro. Então, o Poder Executivo gastou, no quadrimestre, 46, 56 da receita corrente líquida, no quadrimestre, ficando, portanto, abaixo dos 49, mas certamente vamos subir, porque pagamento de férias para os servidores ocorre mais no segundo semestre e o décimo terceiro que é uma folha a mais, também, no segundo semestre.

O SR. NEREU MOURA

A provisão de 13º não encontra-se, então, contabilizada?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Como não há pagamento, não. Mesmo quando se faz reserva para 13º, ele fica no superávit primário e não é contabilizado como despesa de pessoal antes de ser paga a folha. Isso até foi algo que a Assembléia, a partir de 97, também aprovou a mudança da lei.

O SR. NEREU MOURA

O senhor não respondeu a primeira pergunta: quais as providências que estão sendo tomadas pelo Executivo para o atingimento da meta estabelecida em função da dificuldade que estamos observando, com relação ao Orçamento?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

É o sistema: pague na medida que você avança. Ou seja, o senhor tem no artigo 52, nos artigos que exigem um relatório bimestral e o artigo 9º o seguinte conselho: se a sua arrecadação cair, corte.

O SR. NEREU MOURA

Cortar o quê?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Cortar empenho! A arrecadação não caiu, subiu, e se temos ao longo do ano uma arrecadação que permite - o princípio pague na medida que você avança, a despesa de caráter continuado tem que ter aumento de receita de caráter continuado. Então a provisão orçamentária feita foi realística, aprovada por esta Assembléia com base no ano anterior. Ela embute a variação tecnicamente, estabelecida para a despesa de pessoal. Considera a questão das aposentadorias e dá previsão.

De fato na medida que você tem uma aposentadoria, a tua despesa de pessoal direta pelo Tesouro, cai, aumenta a despesa pelo Fundo de Pensão. Mas no conjunto, no geral, ela está dentro da previsão, está dentro da meta.

Agora, o fundamental é isso: independentemente de haver previsão orçamentária ou não, se não houver receita, manda a lei que você escolha onde vai cortar ou como é que se cria um imposto novo para gerar uma receita de caráter constitucional novo. Por isso que é quadrimestral, aqui, a prestação de contas sobre o andamento, para haver tempo de fazer correção de rumos nos quadrimestres seguintes. No primeiro quadrimestre não temos nenhuma preocupação, está até abaixo, estamos também guardando um pouco do dinheiro para pagar o 13°.

O SR. NEREU MOURA

Quero fazer algumas considerações e deixar mais duas perguntas colocadas: 1°) Se o Estado está gastando, hoje, 46% da receita líquida com a folha, por que o Estado não concede reposição salarial aos funcionários públicos do Estado do Paraná - à Polícia Militar e aos professores? Sendo que, segundo análise, a reposição salarial ocasionará um impacto muito diminuto na folha.

2°) Onde o Estado pretende fazer cortes no custeio? Porque, no investimento - pelo que se observa, não está tendo investimentos por parte do Estado. Falta gasolina, falta comida para preso, as viaturas velhas. Quer dizer, não tem onde, no nosso entendimento, fazer corte de custeio.

3°) Qual é na sua avaliação, realista, mas realista, a situação financeira do Estado do Paraná.

4°) A APP - Sindicato, obteve em março liminar garantindo a insenção da contribuição previdenciária para os já aposentados. Entretanto, mais de 6 mil professores até agora não foram beneficiados. O senhor é o Presidente da Paranáprevidência. Por que não cumpre essa decisão da Justiça?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Primeiro, se estamos gastando 46,56 no Executivo e não 49, por que não damos aumento? Expliquei que esse 46,56 pega 4 meses em que não tem 13° e não tem e não tem também pagamento de férias, etc e tudo aquilo que ocorre mais no 2° semestre. A visão de despesa de pessoal para efeito de decidir se dá aumento ou não, é do ano todo, porque no fim do ano temo que voltar aqui, prestar contas e dizer que cumprimos o limite de 60%. Além disso, estamos na chamada margem prudencial.

A Lei de Responsabilidade Fiscal fala em 60%, mas diz que quando você atingir 95% dos 60, você deve "meter o pé no freio" e o que não dá então 60, dá 57. E não dá 49; já dá menos que 49.

Então, esse limite provencial da lei, nós estamos nele, vamos colocar nele. Mas, é preciso esperar o ano, pagar o 13°, para calcular a despesa de pessoal.

E como o senhor mesmo citou, a própria Assembleia tem o cuidado ao aprovar uma verba pessoal no orçamento, não nos dar um limite. Nós tomamos o cuidado de encaminhar a LDO para o ano que vem, já estava aqui para ser votada e aprovada até de 30 de junho,

onde dissemos com todas as letras: qualquer margem que tenhamos, sugerimos que o orçamento do ano que vem leve em conta que qualquer folga que se tenha na despesa de pessoal, quer em virtude da capitalização da Paranáprevidência, quer em virtude de enxugamento da despesa, seja preferencialmente usado para restabelecer o salário das carreiras de base do Estado, e inclusive da Segurança Pública. É a proposta que está na LDO, que está neste momento em discussão, em exame.

Aprovado isto pelo Poder soberano que é a Assembleia, nós poderemos no ano que vem, usar qualquer folga que dê nesse limite, exatamente dentro da proposta, que o senhor fez, com a qual concordo plenamente.

Custeio: os dados acusam até aqui, o seguinte: apesar de termos aumentado a arrecadação acima da meta, quase 3%, em despesas ficamos 7,2% abaixo do programado. Nós executamos 92,8 da despesa, o que prova a austeridade com que a Fazenda está neste momento procurando conduzir o caixa do Estado.

Agora, são realistas sobre a situação financeira do Estado. Acho que a partitura está perfeita, temos que executá-la com rigor e cuidado. Essa partitura diz que há um enorme déficit previdenciário, que nunca foi contabilizado como dívida, porque o artigo 38 da Constituição Estadual, dizia que na forma que a lei regulamentará, o Estado pagará ao IPE, em 180 prestações mensais, em quinze anos a dívida previdenciária.

A lei nunca saiu para regulamentar. E não existe dívida, se não há lei que determine que ela existe, mas ela estava aí, o déficit previdenciário, mesmo não formalmente reconhecido, devido à falta da lei, iria nos "matar de morte" dentro de quatro, cinco anos, pelo crescimento da folha de inativos e pelo fato de não haver uma fonte que não fosse a própria arrecadação do mês para pagar todo mundo: ativos, inativos e pôr em sala de aula os professores que estão aposentados, pagar ambos.

Então, a minha avaliação realista, é que a nossa estratégia correta é perfeita, está em sintonia com as transformações econômicas que o País está vivendo. Isso vai permitir que nós, ao invés de termos um ativo de ação de uma empresa, temos um ativo de títulos devotados que gera rendimentos, para pagar os inativos e pensionistas.

Quanto a questão da liminar: sou presidente da Paranáprevidência, tenho uma diretoria jurídica, advogados. Cada medida que recebo, os advogados me defendem.

Acho que se a exceção tributária, determinada pela Justiça, estiver ainda em fase de recurso, não sei - confesso, vou verificar com o Doutor Mauro e darei ao senhor pessoalmente uma resposta, assim que o meu diretor jurídico me disser qual é o atual estágio dessa decisão judicial. Vou ter que falar com ele e darei ao senhor, diretamente a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra o senhor deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor secretário, gostaria de perguntar-lhe em que percentual o serviço da dívida flutuante, absorve as receitas totais do quadrimestre?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Bom, nós não temos, felizmente, mais dívida mobiliária. Havia um estoque de letras financeiras de Tesouros, emitidas em 1979, 90, que entrou cerca de 500 milhões de dólares, que entrou na rolagem da dívida em 30 anos, com juros baixos. Saímos do Juro LFT de mercado, Taxa Selic.

Então, o quadro da dívida mobiliária é zero. Tem a dívida contratual, mas esta, no primeiro quadrimestre, se expressa então, por uma posição líquida de sete bilhões, seiscentos e cinquenta e dois milhões e novecentos e seis mil, a essa dívida se decompõe na dívida externa, que tem todos os projetos BID 1, BID 2.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Solicitaria a Vossa Excelência que solicitasse ao Secretário Salomão que, quando citasse e até por ter dificuldade de acompanhar e ter tido pouco tempo de conhecer esses dados, dissesse o quadro que está baseando a informação, para que os senhores deputados também pudessem fazer o acompanhamento das explicações de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente, Deputado José Maria, solicitamos, então, ao senhor secretário, que se possível citasse nos seus dados o quadro referente aos dados no documento entregue aos deputados.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Com muito prazer e agrado ao Deputado José Maria Ferreira, que ajuda bastante a tornar a exposição bem mais clara. É o quadro treze, em algarismo romano, assinado pelo Governador Jaime Lerner e pelo Doutor Almedes Martins de Oliveira e que se chama Demonstrativo da Dívida Consolidada Imobiliária. Então, esse quadro compara o saldo do exercício anterior como saldo do primeiro quadrimestre e o conceito utilizado é o de dívida consolidada líquida, que na verdade se aproxima de flutuante, se bem que não tão precisamente, porque a dívida flutuante é mais aquela que eu tenho que pagar dentro do exercício, seriam aros “?”, seriam coisas assim, o Estado não tem.

Quer dizer, eu posso afirmar, que nós não temos nenhuma dívida daquele tipo aro ou flutuante que eu pego, faço papagaio em banco, para pagar folha. Não tem, nós só temos dívidas contra-

tuais, que são de longo prazo, cujo nome é Dívida Fundada. Se eu quisesse responder objetivamente, Deputado Neivo Beraldin, eu diria, a dívida flutuante é zero, mas evidentemente estou tentando ser até um pouco mais analítico, mostrando o quadro todo.

Então, está no quadro treze e qualquer dúvida eu fico à disposição.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

No documento que nós temos não tem o quadro treze, desculpe, mas o governo não encaminhou a documentação necessária, inclusive, para que os deputados possam acompanhar. Os deputados têm em mãos até o quadro oito. Está sendo prejudicada a exposição do secretário, porque os deputados continuam, não tendo condições de acompanhar.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Olha, Deputado José Maria, infelizmente, ontem, ficou de a Mesa Executiva encaminhar aos senhores deputados documentação encaminhada através do governo para esta Casa, e não tenho condições de responder a Vossa Excelência se está realmente aí o quadro.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, o quadro quinze consta da Internet e pela Lei de Responsabilidade Fiscal ele deveria figurar no quadro de relatório, que deveria se apresentar à Assembleia Legislativa; entretanto, na Internet nós encontramos o quadro quinze, que trata do pessoal. Nos documentos encaminhados aos senhores deputados, não consta o quadro quinze que trata do pessoal, que o senhor já relatou sobre ele agora há pouco na resposta à indagação de um senhor deputado. Entretanto, nós não conseguimos acompanhar por essas razões. Por quê?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Desculpe, deputado, o senhor viu na Internet o quadro também?

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Não, esse eu não vi, eu vi o quinze que é o do pessoal. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado José Maria, embora seja pertinente a questão de ordem de Vossa Excelência, vamos ver se nós conseguimos munir os deputados dos documentos faltantes e está assegurado a palavra ao Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Requeiro a Vossa Excelência que eu recomece a minha inquirição. Acabei de receber aqui, documento, só que está ilegível o número final. Então, não vamos nem

discutir essa questão, é reduntante a constatação do des-caso e a desconsideração com esta Casa.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Se me permite, só com o intuito de esclarecer, eu tenho aqui a cópia entregue a esta Casa. Ainda no dia de ontem, distribuí aos senhores deputados, foi entregue o Ofício, bem como os anexos. Não chegou ao conhecimento dos senhores deputados, não por culpa, efetivamente da licença, não vamos aqui achar culpados, mas pessoalmente já entreguei a todos os deputados, neste momento, para que eles possam acompanhar a exposição quando se refere aos quadros, feita pelo Secretário Miguel Salomão.

O SR. JOSÉ MARIA (Pela Ordem)

O Deputado Durval alega ter entregue os quadros faltantes, mas como temos só o 8º, faltam o 9º o 10º e o 11º quadros que também não constam aqui. Gostaria, se o Deputado Durval os possui, que faça a distribuição aos senhores deputados, porque aí teremos condições de acompanhar.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Durval Amaral, solicito a Vossa Excelência que junto a vossa assessoria, se puder providenciar esses quadros para serem entregues aos deputados...

Continua com a palavra o Deputado Neivo Beraldin, e será compensado no seu tempo.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, o fato - naturalmente que as notas taquigráficas registrarão a fim de efeito legal, - o que se constata aqui é isso.

Na verdade, como já disse e é bom repetir, a Casa deveria ter constituído em tempo hábil, uma Comissão para analisar as contas. Vamos em frente.

Senhor secretário. Em que percentual, o serviço da dívida, totais, absorvem as dívidas totais do Estado? As receitas, desculpe.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Bom, há dois tipos para efeito do peso do serviço da dívida no estoque. Há dois tipos de dívida, deputado. A dívida externa anterior à rolagem feita pelo Ministro Mailson, e a dívida externa feita posteriormente à rolagem da dívida externa. E os novos contratos feitos em moeda nacional.

Há um teto de 13%. Quer dizer, todos os Estados brasileiros têm um benefício de alongar automaticamente a sua dívida, se ele já está pagando 13% da sua receita corrente líquida. Só que nesse grupo não entra a dívida externa anterior à rolagem que foi consolidada em 91, 92 e portanto isso acrescido.

Nós vamos de 13 para cerca de 18%, a média é histórica, mas o limite legal que protege o Estado, é de 13% sobre a receita corrente líquida.

Portanto, atingido esse teto, o saldo devedor naquela rolagem, em 30 anos.

O SR. NEIVO BERARDIN

O saldo acumulado das dívidas totais do Estado, em 31 de dezembro de 1999, totalizaram 13,3 bilhões de reais e esses dados são do Tribunal de Contas.

Qual é o saldo acumulado no final do quadrimestre em questão?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Evidentemente que os dados que o senhor tem, não são os dados que eu tenho na Fazenda.

Agora, o conceito de dívida se desdobra em vários conceitos. Se o senhor incluir questão, por exemplo, de precatórios, se imaginarmos o grande precatório que o Estado do Paraná tem, que é a Estrada de Ferro Central do Paraná, que está *sub judice*, está sendo contestado na Justiça, está sendo objeto de decisão e evidentemente isso muda um pouco o conceito.

Mas para efeito das portarias de STN, que é quem dá o padrão para publicação com vista ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, o quadro é exatamente esse que o senhor tem nas mãos, que foi distribuído, em que se explicita qual é a dívida consolidada, qual é o limite legal para essa dívida consolidada, que apresentei no começo da minha exposição. E quais são os limites em relação à receita corrente líquida, para garantias, operações de crédito e antecipação da Receita Orçamentária.

Então dentro do conceito dos artigos 54, 55 da Lei 101 e também da Portaria 78, do Senado, nós temos esse quadro, esse critério.

Esse número que o senhor apresentou, gostaria que fosse desdobrado, que fosse mostrado, para verificar que há perfeita compatibilidade, entre os sub-ítems dívida contratual interna e externa, mostrando que não há nenhuma antecipação de receita, não há aro. O conceito, a questão dos precatórios, está nesse momento no Congresso Nacional, - a discussão daquela prorrogação automática, para pagar em dez prestações anuais, quando não está *sub judice*, que é outro tratamento.

O SR. NEIVO BERARDIN

O fato, senhor secretário, que nos restos a pagar, em 99 eram 3,3 milhões de reais de dívida fluante e 13,3 bilhões de reais da dívida consolidada. No quadrimestre apresentado, qual foi o valor? Esse dado vem dos técnicos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Se eu tivesse o orçamento de 2000, para poder ter analisado, evidentemente o quadro poderia ser ainda mais grave. Estou me referindo ao que tenho em mãos. Essa não é uma constatação que estou inventando. São dados

oficiais, próprios dos técnicos do Tribunal de Contas e não dos conselheiros.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Desculpe-me, fiz a pergunta porque tenho um dado aqui, que pode ajudar a esclarecer. Temos o resultado primário, para nosso exercício, por causa daquele precatório, é negativo em 2 bilhões e 44 milhões - no quadro sete. É exatamente o valor do precatório - o resultado primário negativo, que na previsão para o exercício, aprovado nesta Assembléia, está na Lei Orçamentária, aprovada pela Assembléia.

O SR. NEIVO BERALDIN

Gostaria de lembrar mais uma vez o secretário que em 98, o Estado evoluiu a dívida em 48%. Em 99, evoluiu 117,31%. Acho que o Estado teria que ter uma reunião com os técnicos do Tribunal de Contas, porque o que o governo fala não é o que se constata nos números.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Deputado, sei que o senhor está analisando as contas do Estado e, certamente, está bastante bem informado sobre o passado e tenho a certeza de que esse trabalho que o senhor está fazendo é muito importante. Estou relatando quatro meses: janeiro, fevereiro, março e abril, em cima do orçamento autorizado para este ano. E estou relatando com base nos critérios de dívida, que a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe. Respeito muito e acho fundamental que a análise das contas do Estado feitas pelas regras da época, em que a despesa foi feita - quando se fez uma despesa, em 98, havia regras, para gasto de 98. Estou na missão, neste curto prazo, de enfocar de janeiro a abril, por este critério.

Quero mostrar que, mesmo para o ano de 2001, aprovado no orçamento, o único resultado primário negativo, que está no quadro sete, é de 2 bilhões de 44, que era quase que aproximadamente o valor do precatório, naquele momento, do precatório principal, que é aquele que está *sub judice*, da Estrada de Ferro Central do Paraná. A União ficou com esta estrada e nós pagamos a conta e temos que receber.

O SR. NEIVO BERALDIN

Tenho a impressão que a dívida presente é mais de quatro, quase cinco bilhões, pelo que estou vendo.

Senhor secretário, por que o governo sempre tem remetido, desde que assumiu, em 95, um orçamento super-estimado de nove bilhões e não sei quanto, quando sabemos que realiza quatro bilhões e 900 milhões de reais? Por que o governo faz essa maquiagem contábil, para efeito externo ou interno, sendo que sabe que a receita não corresponde sequer à próxima da realidade?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Muito bem! Boa pergunta!

A Lei Orçamentária tem uma regra muito sábia, que diz o seguinte: o Estado deve priorizar pagamentos, primeiro pessoal, que afeta famílias, vidas de pessoas. Segundo, o Estado deve priorizar o pagamento do serviço da dívida, para não perder o crédito que seria terrível para os projetos; terceiro, o Estado deve priorizar o custeio, daquilo que a gente carinhosamente chama “comida do preso”, que quando o Estado impede alguém de trabalhar ele tem o dever de alimentá-lo; seria desumano deixar faltar a comida do preso, ou seja, ali é um exemplo de custeio, funcionamento dos poderes, energia elétrica; quarto, se sobrar dinheiro, faz novos investimentos; quinto, se sobrar dinheiro paga precatório, isto está na própria lei orçamentária aprovada em todos os Parlamntos do Brasil porque é de proteção de lei.

Então, deputado, respondendo à sua pergunta, essa é a grande migração que temos que fazer de um orçamento autorizativo, que autoriza a pagar se houver dinheiro, dentro daquela ordem de prioridades, para um orçamento impositivo. Só se pode fazer aquilo que - eu estou obrigado a fazer - o que o orçamento manda, senão aí vem a audiência pública.

O SR. NEIVO BERALDIN

É evidente, senhor secretário, que se contesta que o governo faz isso para não depender constantemente da Assembléia Legislativa.

Amortização da dívida contraída junto ao INSS para o saneamento do Banestado...

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Todo processo de privatização de Banco, embora não tenha participado do Banestado, eu tenho um sólido conhecimento pela minha história pregressa.

Todo processo de privatização de Banco exige que você caracterize qual é o verdadeiro ativo que você vai vender para alguém. Perdoe a expressão “você”, não estou me referindo ao senhor, deputado, estou falando em tese, se eu vou vender um ativo à alguém, eu vou vender um carro, eu tenho que tornar muito claro que aquele carro está com o motor em ordem, com a caixa de câmbio em ordem, não posso simplesmente pela aparência dizer: esse carro vale 100 milhões, é um Mercedes Benz, e por dentro, como aconteceu comigo uma vez quando comprei um Corcel, como motor, o óleo cheio de serragem acabei perdendo o carro e caí num engano.

Então, quem compra um ativo, quem compra um Banco, tem que saber com clareza quais são os passivos e os ativos. Daí a famosa sala de dados, “data room”, que a lei nacional de desastização, programa de informações exige que se abra para os visitantes poderem conhecer a verdadeira situação patrimonial ativo e passivo, e onde há passivo não resolvido, por exemplo, com o fundo de pensão dos funcionários, ele tem que ser aclarado, quem é que paga? Para que o funcionário do Banco ou da empresa privatizada, que contribuiu a vida toda lá na

frente não perca o direito à sua complementação de aposentadoria.

Essa clarificação de responsabilidade é fundamental para que no leilão, se tenha o máximo de transparência, não só para quem vende como para quem compra e para a sociedade toda.

Então, especificamente sobre essa dívida do INSS, como não participei da operação, nem da modelagem, eu não tenho informação de valores. Na teoria e na tese estou de acordo que, se havia dívidas do Banco para o INSS e o sucessor do controlador teria que arcá-las, isso aí tem que ser levado em conta na hora em que se faz um processo transparente de venda em leilão de um ativo público.

O SR. NEIVO BERARDIN

O que nós precisamos, secretário, é do contrato do saneamento do Banestado feito; em que porte o Banco assumiu, e que juro o Estado está pagando esta dívida que ficou para 30 anos e de onde veio o dinheiro?

Nós precisamos ter a cópia do contrato, essa é uma constatação.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Esse é um estudo que eu gostaria de ver feito com um regresso muito grande na história. Não posso falar como ex-delegado do Banco Central, mas eu tive, durante 23 anos no Banco Central, a oportunidade de acompanhar o Banestado. Se é algo que eu acho que conheço com segurança, é como é que um Banco pode operar e dar aos seus depositantes segurança. Acho que nós demos aos depositantes do Banestado a satisfação de dizer: “Não há aqui nesse Banco uma intervenção que faça o seu depósito, a sua poupança não ser honrada”; e demos aos servidores do banco a oportunidade de dizer: Não haverá uma liquidação que vá simplesmente demitir, é PDV, é oportunidade.

O sistema bancário brasileiro, deputado, com essa modernidade de terminais eletrônicos em que o cliente conversa com o computador do Banco e dispensa o caixa, dispensa o atendente, ele está promovendo um desemprego brutal no setor bancário.

Antigamente a mão-de-obra era o fator mais intensivo dentro de um Banco. Hoje o fator mais intensivo é capital. Os computadores, os sistemas, os terminais e o fator menos relevante é a mão-de-obra. Só que o Banestado tinha no modelo antigo, como fator intensivo utilizado, a mão-de-obra. Nós não podíamos demitir, concordo que não, por razões sociais, mas o sistema bancário se transformou, substituiu a mão-de-obra, pela máquina, pelo capital. Eles têm um Banco que não tem capital para se modernizar, e têm uma despesa administrativa que consumia 47% da sua receita, quando a média do sistema bancário era 11%.

Mudou o País, mudaram as regras, acho que a operação foi de sucesso, porque o depositante do Banes-

tado, não vive mais o “stress” de saber se deve tirar o dinheiro de lá, porque está numa CPI ou porque vai quebrar.

Não. Hoje o depositante do Banestado foi respeitado, o cliente do Banestado foi respeitado e o consumidor também.

O SR. NEIVO BERARDIN

Se me permite.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Solicito a Vossa Excelência, Deputado Neivo Berardin, que conclua a sua participação.

O SR. NEIVO BERARDIN

Não posso concluir, porque preciso concluir as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vossa Excelência ultrapassou já 5 minutos do tempo estabelecido e esta presidência, entendendo...

O SR. NEIVO BERARDIN

Desculpe, mas as minhas perguntas têm sido diretas e o secretário discorre. O tempo passa e não posso perder meu tempo necessitado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Neivo Berardin, nós entendemos que Vossa Excelência tem se debruçado sobre...

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, tenho sido o mais objetivo possível.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Se o senhor esperar eu concluir, talvez nós pudéssemos nos entender aqui.

Nós temos sido condescendentes aqui, principalmente por que Vossa Excelência tem estudado esta questão a fundo.

Vamos conceder-lhe mais 5 minutos, para que Vossa Excelência possa formular as questões a seu Secretário.

O SR. NEIVO BERARDIN

Farei as perguntas rapidamente e o secretário, naturalmente, vai entender que temos que ser rápidos.

Qual o valor de baixa de dívida ativa por recebimento?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Repito o que falei no começo, o ofício para o discurso, não está mais o Deputado Zuk, 20 páginas que emiti no prazo legal, para dar ao Deputado Zuk toda a informação pedida. A equipe da Fazenda está toda aqui.

Se o senhor formulasse a pergunta para que eles possam consultar a contabilidade, o senhor terá a resposta correta.

O SR. NEIVO BERALDIN

E por cancelamento?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

A mesma resposta.

O SR. NEIVO BERALDIN

E o total do pagamento de precatórios no quadrimestre?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Todos os dados detalhados as metas fiscais a Fazenda tem condição de fornecer no prazo legal que for requerido.

O SR. NEIVO BERALDIN

Quer dizer que na audiência pública, o senhor não tem o os dados legais?

O total escrito em dívida ativa?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

São dados que a prestação de contas obriga que o Estado faça de maneira consistente, detalhada. Os relatórios de gestão fiscal, não descem a esse nível de detalhamento para até poder permitir uma resposta imediata nesse momento. Como o senhor está analisando as contas do Estado, muito mais razão terá a Fazenda, para rapidamente, fazer chegar às suas mãos o detalhamento do material.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Pela ordem, Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Não querendo polemizar com o Deputado Neivo Beraldin, até entendo a razão da sua expectativa de querer esses esclarecimentos, mas a Lei de Responsabilidade Fiscal não determina esse tipo de detalhamento no quadro a ser encaminhado pela Assembléia Legislativa.

Acredito que o Secretário Miguel Salomão gentilmente está se dispondo a encaminhar isso ao Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Serei o mais breve possível.

Qual o total escrito em precatórios no quadrimestre?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Deputado, o modelo da STN inclui nas despesas esses precatórios numa rubrica, terá que ser desagregado. Hoje pela manhã discutia isso com a equipe da Fazenda. Estamos desde às 8h00 da manhã, tentando desagregar o máximo possível para trazer a informação.

Da mesma forma será imediatamente emitido aos senhores.

O SR. NEIVO BERALDIN

Então qual foi o valor acumulado da conta restos a pagar, no primeiro dia do primeiro mês do quadrimestre em análise?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Do quadrimestre em análise, primeiro dia, primeiro mês - dia 1º de janeiro é o saldo de 31 de dezembro que está na prestação de contas no ano passado.

O SR. NEIVO BERALDIN

E qual o saldo do último dia do quadrimestre?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

São todos dados da prestação de contas do ano passado. O quadrimestre está dentro da composição feita que está no superávit primário.

Fechamos com o superávit primário - considerando a receita e despesa, naquela posição que de início li, porque o conceito aqui, é de caixa do tesouro. E os empenhos muitas vezes têm prazo de liquidação que obedecem ao cumprimento de obrigações legais. É preciso medir a obra. Às vezes o que está em pé não está pronto para ser pago.

Então, no conceito de regime de competência, pode haver empenhos no quadrimestre para serem pagos no seguinte. No conceito de caixa que é o que manda o mapa deste ano, tivemos aquele superávit primário que mencionei na abertura da minha exposição.

O SR. NEIVO BERALDIN

Qual foi o percentual das aplicações na área social em relação às receitas totais arrecadadas nesse quadrimestre?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

São todos mapas, deputado, de execução ao longo do ano; falei da sazonalidade. O senhor tem certas despesas e uma maior concentração no segundo semestre e outra no começo. Os programas da área social são fortemente vinculados a repasse do Governo Federal. Há uma parceria muito forte. Assim como na saúde - com o SUS. Esse tipo de balanço da aplicação setorial, é próprio do final do exercício, para ver se aquilo que o Orçamento determinar foi cumprido. No quadrimestre é possível fazer essa análise pelo fator da sazonalidade e da preparação dos contratos e dos investimentos, ou seja, não é linear.

O SR. NEIVO BERALDIN

Se o senhor secretário puder responder, qual foi a principal causa do governo ficar na receita/capital para equilibrar o orçamento anual incluindo o exercício de 99?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Bem ao contrário, nós não temos empréstimo (?), não temos nenhuma dívida flutuante e a alienação de ativos; a única coisa que está prevista, é para ocorrer no segundo semestre - não afetou o primeiro quadrimestre, que é a venda da Copel. Aí teremos 3 bilhões que está autorizado pela Assembléia, dos quais, 70% também por Lei Estadual, terá que ir para o Paraná Previdência. Fora isso, não temos usado nenhuma antecipação de receita. Temos um limite para antecipação de receita, a L.R.F. permitiria que fizéssemos, se não me engano, cerca de 170 milhões (?). Não fazemos. Estamos com um superávit primário e temos, portanto, uma situação perfeitamente confortável com a folha de pagamento do Estado em dia, não estamos atrasando pagamento nem de ativo e nem de pensionistas. Então, folha de pagamento em dia; serviço da dívida em dia e não temos nenhuma dívida flutuante, nenhum ano. Realmente esse é quadro real.

Agora, a única lei em relação a ativos está vinculada a cobrir um déficit previdenciário confessado na Constituição de 89 e nunca antes pago até por impossibilidade, na época, em termos de economia e etc.

O SR. NEIVO BERARDIN

Secretário, quais são as saídas que o governo dispõe...

Senhor presidente, já estou concluindo, não é assim. Primeiro a gente não recebe instrução, depois você quer perguntar e não pode? Quais são as saídas que o governo dispõe para reduzir o índice de endividamento do Estado?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

O índice, como falei, está abaixo de 1.7 e se a resolução da CAE for aprovada para duas vezes a receita, não estamos perfeitamente dentro desse limite de endividamento estabelecido pela L.R.F. - pela Resolução nº 78 do Senado.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor secretário, ainda não está clara a questão do saneamento do Banestado, de onde vieram esses recursos e esse contrato. Nós não temos o conhecimento. E, também, não posso fazer um trabalho, digamos, 100%, de nossa parte, da minha como deputado e como cidadão, porque não temos os dados de 99 e temos apenas uma síntese da síntese da prestação de contas do Tribunal de Contas, o que queremos ressaltar e valorizar os técnicos do Tribunal de Contas.

No entanto, são muitos os anexos da prestação de contas do governo desde 95 até aqui e que, evidentemente, nós nos reservamos ao direito de discorrer sobre assuntos oportunamente.

Queremos agradecer ao senhor secretário e pedir desculpas por ter sido até certo ponto duro, mas não é esse o nosso objetivo. Vossa Excelência sabe que pessoalmente tenho um carinho especial por Vossa Excelên-

cia, mas estamos, aqui, procurando cumprir a nossa função.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Essa Presidência esclarece que o deputado Neivo Beraldin, até por uma deferência, ele que tem sido o deputado que tem se aprofundado nas contas públicas do Estado, nós lhe concedemos um tempo a mais para que pudesse formular as suas questões.

Então nós temos, aqui, inúmeros inscritos e pedimos a compreensão dos companheiros deputados para respeitassem, o tempo, se não nós não daríamos oportunidade a outros colegas que gostariam de perguntar ao secretário.

Deputado Edson Strapasson.

O SR. EDSON STRAPASSON

Senhor presidente, senhor secretário.

Inicialmente queria fazer uma colocação, até registrando aqui a nossa insatisfação pela forma de condução desta audiência e dizer que quando o artigo 9º, parágrafo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, propôs que a cada quadrimestre tivéssemos uma audiência clara, com debate público, para que houvesse uma participação ampla, ela quis, na sua essência, dar condição de transparência total das ações do governo. É evidente que um relatório nos foi apresentado ontem à noite, com vários quadros faltantes, alguns deles o deputado Durval Amaral nos entregou neste momento, outros não temos. São relatórios essencialmente contábeis e que não nos dão a transparência necessária para que nós pudéssemos fazer um questionamento mais profundo.

Então, registre-se aqui, a nossa insatisfação, até pela forma conduzida. Muitas das perguntas que eu iria fazer, já foram abordadas pelo Deputado Neivo Beraldin. Muitas delas não respondidas, porque se referem a dúvidas quanto ao cancelamento da dívida ativa, quanto à questão dos precatórios, quanto à questão da dívida ativa, dos restos a pagar, que se reportam ao orçamento anterior, mas que terão que ser cumpridas neste orçamento.

É evidente, que temos o conhecimento de muitas dívidas de convênios do Estado do Paraná com municípios, que não foram cumpridos, restos a pagar que até hoje ninguém sabe como serão pagos e que a lei diz que serão pagos pela ordem cronológica dos empenhos. Nós sabemos também, que empenhos foram cancelados o ano passado e não sabemos até como serão cumpridos esses compromissos do Estado durante este ano fiscal.

Evidentemente tudo isso fica muito difícil neste prazo curto e eu quero ser bem rápido. Queria apenas registrar, aqui, a nossa insatisfação e dizer que não está transparente a questão dessa dívida consolidada, a questão da dívida do Banestado. E nós tivemos aí um pagamento de 119 milhões de dívida neste quadrimestre, quando a amortização total do ano prevista é de 783 milhões. Ou seja, foram cumpridos apenas 15% do valor da

dívida deste quadrimestre, do total do ano, o que é muito pouco.

Queria um esclarecimento do secretário, esse valor amortizado, exatamente, referiu-se a quê? Segundo, por que é que esta ordem percentual não está sendo cumprida, já que temos o quadrimestre aí de 1/3 do ano e na verdade não foi isso cumprido? E a questão da dívida do saneamento total do Banestado?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Na verdade, há um quadro oito, espero que esteja com os senhores, onde estão relatados aí os pagamentos de restos a pagar e nesse quadrimestre foram pagos 100 milhões de reais de restos a pagar. Quer dizer, nós estamos colocando esse restos a pagar em dia e o saldo que aparece está fortemente influenciado por aquele precatório que eu mencionei. Mas, há, deputado, um enorme esforço de atualizar o restos a pagar, naturalmente cumprido a lei, dentro daquela regra que se estabeleceu.

Quanto ao pagamento da dívida, volto a mencionar aquele limite de 13%, que é uma proteção que o Governo Federal deu a todos os estados, inclusive a São Paulo. Estados ricos, pobres, todos têm uma proteção de não pagar mais do que 13% da sua dívida e isso depende de como vai evoluir a taxa de correção monetária sobre a dívida, o GPDI (?), porque a taxa de juro é fixa, a taxa de juros é 6%, mas o GPDI, se ele sobe, vai a 10, aí com 6, dá 16, eu bato mais depressa no teto de 13. Se o GPDI cai de 9 para 2, eu pago 2 de correção monetária e 6 de juros. Aí o limite de 13% permite amortizar mais a dívida. Então, a amortização e o prazo vai depender muito dessa relação entre o fator de correção monetária, que é o GPDI, e a taxa de juros dar detalhamento disso tudo, como o próprio artigo 9º, parágrafo 4º fala, ele se limita a avaliar o cumprimento das metas do quadrimestre, ele não é trazido neste momento, mas estará imediatamente à disposição da Assembléia para ser esclarecido.

Em relação ao Banestado, também está dentro desse programa da Lei nº 9496 que tem um limite de 13%.

Portanto, o que nos custa sanear o Banestado é o que nos custou rolar as letras financeiras emitidas em 1989 e 1990, que foi a única coisa que foi rolada. E isso está, acho que para o País todo, servindo para que os Estados possam cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. O senhor sabe que São Paulo tinha um endividamento que era quatro vezes a sua receita líquida? Minas, Rio Grande do Sul, tinham uma dívida muito maior que o Paraná. Então, a Lei de rolagem da dívida, a Lei 9496, de saneamento dos bancos, permitiu que todo mundo se preparasse, se equipasse, para entrar num novo cenário de equilíbrio fiscal, porque a dívida não vai matar ninguém, a dívida tem essa proteção de 13%, e o valor varia de acordo com o aumento da arrecadação, e a amortização varia de acordo com a relação entre a correção monetária de GPDI, e a taxa de juros.

O SR. EDSON STRAPASSON

Eu só queria desses 119 milhões pagos, o que se refere efetivamente a pagamentos da dívida de saneamento, considerando essa questão que o senhor colocou em relação a esse teto de 13%.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Essa desagregação será inevitável na hora de apresentar o balanço do ano, as contas do ano, onde vem aquela enorme lista de todos os códigos sanitários, com quanto foi pago, que é o que o governador costuma trazer aqui na abertura do ano legislativo.

Nessa fase quadrimestral, até para efeito de sazonalidade que eu falei, não é a antecipação da prestação de contas anual. Portanto, o detalhamento não acompanha esse mapa, mas nada impede que se solicite a informação à Fazenda, e dentro do prazo de 30 dias, improrrogáveis, tenha que ser fornecido.

Só lamento não ter esses dados, no momento.

O SR. EDSON STRAPASSON

A questão da Previdência, o senhor colocou que ela excedeu em 15% do valor previsto para o pagamento de aposentadorias e pensões...

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Inativos e pensionistas.

O SR. EDSON STRAPASSON

Exatamente.

Essa previsão foi malfeita? o governo tem cálculo atuarial para saber exatamente, não é nem um cálculo atuarial, é um programa real, até um cálculo, considerando que eles já tem, conhece o seu quadro funcional e, evidentemente, sabe dentro da programação, pela previsão atuarial pelo menos, qual é a evolução, o crescimento dessa dívida, já que neste ano pelo que vemos em quatro meses o governo em 15%, o que representa vários milhões.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Na verdade, esse 15% não é erro, deputado; é acerto. Há muito tempo que o Renato Follador já calculou tudo isso, o crescimento da folha de inativos e pensionistas foi calculado pelo Secretário Renato Follador, pelos atuários que fizeram o estudo atuarial, e isso aqui comprova verdadeiramente o acerto da previsão: se nós não cuidarmos de criar uma fonte nova de receita para pagar inativos e pensionistas, chegaremos a 2006, 2007 usando o total da arrecação do Estado só para pessoal, porque cada um que se aposenta tem que ser substituído, praticamente 75% do nosso quadro de servidores são de professores e policiais, que têm que ser substituídos. Eu não posso aposentar uma professora e deixar a sala vazia, eu não poso aposentar um policial e não recolocá-lo.

Então, esse índice, ao invés de ser um erro do governo, é a prova do acerto do Programa Previdenciário, do

modelo previdenciário, que o governo escolheu defendendo colocar em prática.

O SR. EDSON STRAPASSON

Senhor presidente, vou encerrar, até porque há vários deputados inscritos e o tempo já avança muito. Evidentemente, vamos fazer um requerimento abordando várias questões, que não vou entrar no mérito agora, dúvidas, que na verdade não são apenas referentes a esse quadrimestre, mas, sim, ao total. E até esclarecimento, já que até pelo menos nesse momento temos que no final do ano ter tudo isso devidamente esclarecido, porque não é possível que passe o ano e esta Casa não tenha nem sequer conhecimento do que o Estado tomou de dívida, penhorou em ações da Copel, enfim, cria um quadro totalmente obscuro a nós todos.

Então faremos na seqüência, requerimentos pedindo os esclarecimentos necessários.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Perfeitamente, Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor secretário Miguel Salomão, senhor presidente: Vou fazer as minhas indagações anunciando os tópicos para que todas elas tenham resposta: primeiro sobre receitas e despesas do quadrimestre, Previdência e Copel, dívida totais do Estado, os Royalties e Precatórios. Cinco temas.

Inicialmente, senhor secretário, eu queria dizer que o Governo Jaime Lerner, como é um governo, - pelo mito da mídia, - inventivo, tecnológico e criador de iniciativas absolutamente modernas, poderia dar uma demonstração clara para a sociedade paranaense de uma proposta didática da prestação de contas.

Eu acho ruim na forma como o senhor falou do método de transparência. Transparência eu acho que é transparência, porque às vezes se discute o método para esconder. E conceito de dívida, dívida é dívida.

A única dívida que não tem como se esconder da sociedade é aquela que se discute judicialmente ou aquela que poderá o Estado entrar na Justiça para questionar, ou de Precatório que se pode negociar descontos, o resto é dívida, dívida.

É claro que tudo é uma procedimento contado entre efetuar a compra de mercadorias ou serviços, o empenho a liquidação e o pagamento, essas interpretações. Então, acho que poderíamos ter, o Estado do Paraná poderia ser absolutamente moderno e atualizado com a situação, tendo aí uma projeção em "slides", em "Power Point" ou qualquer outra mídia, pela internet, com linguagem didática e com a sociedade, por exemplo, vou dar exemplo típico: nós tivemos a divulgação na internet do primeiro bimestre, ou ontem à tarde, ou hoje pela manhã do segundo bimestre e a linguagem formal diz até o bimestre. Por que não coloca quadrimestre? Vai

direto na linguagem os números claros e precisos. Certos? Então da didática e da linguagem é muito importante para um governo que quer ser transparente economês, porque eu costumo tratar com os jornalistas, quando vamos lá na Justiça, entra com mandato de segurança, declaração de não sei o quê, eu transformo aquilo em linguagem popular até para os jornalistas, os jornalistas sabem muito bem que procuro ajudá-los na linguagem, e a linguagem quanto mais popular e simples, significa método de transparência, é o mais ideal, não o contrário.

Portanto vou às questões, o senhor afirmou que os cálculos do Paranáprevidência são confortáveis e dão garantias, no início da sua fala, para a família dos servidores. O Secretário Ingo Hubert afirmou o contrário, que a situação é caótica, precisa vender a Copel para colocar dinheiro e agora há pouco o senhor afirmava para o Deputado Strapasson, que tem que ser adicionado algum valor.

Eu pergunto: o Secretário Ingo estava errado, vai precisar mesmo vender a Copel para colocar dinheiro na Paranáprevidência, e quanto precisa ser adicionado para ter esse nível de conforto, se é verdade que há conforto, se vai precisar esse conforto, ou não, se já está confortado, quando precisaria ser adicionado ao sistema previdenciário?

Outra questão: no quadro 7A, verifica-se que no quadrimestre tinha uma redução de despesa consolidada líquida em um bilhão, setecentos e trinta e quatro milhões em relação a 2000. É preciso levar em consideração que o passivo financeiro do Estado ultrapassa a casa dos 3 bilhões. A verdade é que nesse quadrimestre a dívida era consolidada, aumentou seu montante: cresceu de 7 bilhões e 900 - final de 2.000, para 8 bilhões e 200 e a esses valores deve ser acrescida a chamada Dívida Flutuante, mais de 3 bilhões e 300 milhões.

Portanto, imaginamos que a dívida, hoje, no Estado do Paraná não é de 7, é de 12 bilhões. Isso é dívida que o povo do Paraná, quer saber: quanto o Estado está devendo? Doze bilhões! Considerando todo esse método contábil, gostaria que o secretário respondesse afirmativamente a esta Assembléia: qual é a dívida total do Estado do Paraná, considerando uma variável entre o que possa ser descontado, por exemplo, Itajuí? O Governo está fazendo uma obra lá e não vai pagar aquela obra, acho que não vai pagar, apesar de ter sido recomendado pela Sanepar para não fazer a obra. Fez. Fez a obra. mas não vai pagar, então se desconta da Itajuí.

Precatórios, dá para fazer desconto. Tem questões judiciais. Mas, o secretário tem que informar à Casa, a variável é de quanto? de 11 para 15; de 10 para 12 - qual é a variável da dívida total do Estado do Paraná? Isso tem que ser categórico, secretário. Pode ter uma variável aí que até nós compreendemos: processamento, questões judiciais, etc.

Outra questão: quanto entrou de adiantamento dos royalties de Itaipu para o sistema previdência, em valores?

Quais são as previsões de pagamentos precatórios? Como que está sendo tratado isso, por parte da Secretaria de Planejamento e Finanças?

Por fim, no quadro 01, de receitas e despesas, secretário, demonstra um superávit de 246 milhões, esse saldo é momentâneo, pois se considerando o valor das despesas empenhadas, no quadro 2-B, um total de 2 bilhões 701 milhões, o superávit para o povo, a linguagem popular, superávit aí, porque você tem uma receita, mas você empenhou e gastou de fato, tem na verdade um extrato de apenas 94 milhões.

Então, o que está acontecendo é o seguinte: nesse primeiro quadro, qual é, sou leigo, não entendo nada de economia, sou professor de história, o máximo que tenho é especialização em história econômica. Então, estão empenhando e não está se pagando, isso vai ter que ser pago. A previsão que estou vendo aqui, é uma previsão ruim para o Estado do Paraná, vai chegar em um momento de crise aguda, a situação financeira que não vai ter dinheiro para pagar funcionário público.

Então, por fim, secretário, vou ter condições de fazer o contraponto e, de acordo com as respostas, dizer isso. Na verdade, não quero culpá-lo, estou falando do Governador Jaime Lerner, contigo tenho um profundo respeito na relação secretário, apesar que não tenho o mesmo respeito por muitos secretários aí, pela forma como se conduzem.

Mas, o Governador Jaime Lerner, está faltando com esta Assembléia, com o povo do Paraná, na medida em que não expõe com clareza e com linguagem adequada e transparência.

Transparência, acima de tudo uma questão de linguagem, e linguagem para maioria, não para minoria.

Tem a palavra.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Muito obrigado, deputado, e desculpas aí, por ter interrompido a sua apresentação.

Fiquei feliz quando o senhor criticou aquele quadro. Até no primeiro bimestre, achava muito mais prático, colocar ali quadrimestre, e questionei com a equipe. É um modelo de STM, que diz assim, e eles seguiram. Até me senti atrapalhado com esse quadro novo. Então, quero cumprimentá-lo, pela sugestão de que nós consigamos fazer de maneira que o povo entenda.

Acho que a prestação de contas é para o povo entender, não para os técnicos. E esse é um desafio que a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe, até quando cita lá na frente o orçamento participativo. A lei determina que se procure na transparência, envolver a sociedade, na discussão até da proposta orçamentária, que é a linha que acho, por isso a linguagem tem que ser que todo mundo entenda.

Quanto à questão de apresentação, pensei em uma apresentação em "Power Point" e Transparência", mas achei que o ambiente aqui, é muito grande para todos perceberem, não valia a pena. E me lembrei de uma frase do

Millôr Fernandes, muito interessante, que critica aqueles que defendem muito a imagem e acham que a palavra é limitada. O Millôr diz o seguinte: "Dizem que uma imagem vale mais que mil palavras. Mas tente dizer isso com uma imagem."

Então, quando se trata de idéias, não dá para expressar por gráfico. O gráfico é bom, quando quero reproduzir um objeto, quando quero reproduzir uma coisa, mas quando quero reproduzir uma idéia, não há o que tire a força da palavra.

Então, confio muito no fato de que com a minha palavra, com a minha disposição para responder, superaria qualquer quantidade de imagens que pudesse projetar. Mas, para a população - o senhor tem toda a razão, temos que, inclusive na internet, criar uma linguagem bastante amigável e clara.

Agradeço muito a sua observação neste sentido. Quanto ao conflito, da ParanaPrevidência, entre mim e o Secretário Ingo; na verdade, quando falei no conforto da famílias dos aposentados e inativos, não disse que hoje já existe. Disse que esse é um objetivo que temos que alcançar, porque o déficit previdenciário está lá na Constituição de 89, hibernando, até que nós lhe demos uma solução.

O artigo 38 da Constituição Estadual, já confessava uma dívida previdenciária que teria que ser paga, faltava a lei, na forma da lei, sem lei não existe dívida. A única maneira de pagarmos uma dívida, é que ela tenha uma lei que a defina, que diga qual é o montante, quem é o credor, qual é a taxa de juros. Senão, vamos começar a pagar coisas que a lei não define como serem pagas, e depois chegamos a chamá-las a pagar, repor do nosso bolso, aquilo que pagamos porque não havia lei que prevísse que a dívida existia.

Então, a Lei da ParanaPrevidência, veio a ser aquela lei que o artigo 38 da Constituição exigia, definindo de que modo se paga a dívida previdenciária.

E a lei da ParanaPrevidência diz: se paga como contribuições do Estado, do servidor, definida segundo o cálculo atuarial, se tiver que subir de 10 para 11, que o cálculo atuarial manda. Imóveis do Estado, outros bens e ativos, daí o fato da Copel também estar sendo reservada para honrar essa dívida que a Constituição do Estado do Paraná manda que seja paga, que seja honrada.

Então, o que o secretário falou, perfeitamente coerente com o que falei, estamos para os próximos governos, futuro, pavimentando o caminho, dando condições de que eles possam administrar sem ter que tirar do ICMS de cada mês, do IPVA de cada mês, o dinheirinho suado para pagar os inativos e os pensionistas.

Então, é perfeitamente coerente a visão do secretário.

Quanto à dívida total, volto a dizer, para nós, servidores públicos, que pagamos dívida, só é dívida aquilo que a lei já definiu que é dívida e que autorize que seja pago. Essa é uma questão fundamental.

O restos a pagar, eventualmente estamos procurando pagar, mas se há alguém querendo cobrar do Estado, algo que o Estado ache que não deve, aí ele vai à Justiça, vem a determinação, inscreve como precatório.

Então o conceito de dívida que o STN adota é aquela que a lei inquestionavelmente reconhece que é dívida.

Outra coisa é o “time” da dívida. Porque dívida é a soma do valor com vencimento. Tenho a minha casa financiada pelo BNH há 30 anos, tenho uma dívida é claro. E muito mais do que ganho. Se for comparar o meu salário com o valor do imóvel que comprei pelo BNH, já terminei de pagar, mas quando comprei, eu estava altamente endividado, se olhasse o salário de um ano. Mas se olhasse o meu salário de 30 anos, não estava altamente endividado, porque iria pagar aquela casa, com o salário dos próximos 30 anos.

O conceito de perfil da dívida, mais técnico, não entra aqui, é que determina o grau de desespero, de conforto com a dívida com o estoque da dívida.

Se a STN, se o Governo Federal rolou para nós todas as dívida que tínhamos, que era dívida externa, e nos dá 30 anos para pagar, temos a arrecadação dos próximos 30 anos, o crescimento da economia do Paraná nesses próximos 30 anos, gerando mais impostos, para pagar essa dívida.

Não devo contrapor a minha capacidade fiscal de hoje. Ainda assim tem aquele parâmetro, de 1.7 que o Senado estabelece. A dívida total, legal, definida em lei, contratual, não deve ultrapassar 1.7 vezes a receita líquida. Estamos abaixo disso. Estamos com 1.3, então esse é outro ponto também.

Em relação aos royalties, o que fizemos, o Governador Garotinho fez no Rio de Janeiro, só que ele pegou muito mais royalties, porque petróleo dá mais royalties do que energia elétrica.

O Governo Federal comprou dele os direitos creditados dos royalties e aportou esse dinheiro à Rio Previdência. Em seguida, pegamos os nossos royalties de Itaipu e aportamos à Parana Previdência. Dentro da regra atuarial, o Governo Federal carimbou o vencimento desses certificados para 15 anos, porque ele é atuarial. Ele é para pagar os aposentados nos próximos 15 anos, não é para gastar agora. Não é para gastar imediatamente esses royalties. É para gastá-los na medida em que o cálculo atuarial determina.

Foi uma operação boa, devo dizer que com a alta do dólar, como a maior parte desses royalties, é corrigida pela taxa de câmbio, a Parana Previdência está tendo todo esse ganho da taxa de câmbio para o reforço do fundo atuarial dos servidores. Coisa que antes não acontecia.

Quando os royalties antes eram destinados para investimentos do FDE, para cobrir o FDE, isso ficava fora do âmbito do servidor.

Hoje o servidor tem esse conforto, essa garantia.

A sua última pergunta, deputado, os precatórios como estão sendo tratados.

O precatório grande está *sub judice*, e os outros têm uma proposta, uma decisão no Congresso, alguns Estados estão querendo mudar, de pagar em 10 anos. Isso já foi feito na Constituição de 89, 88, se não me engano, artigo 100, 33 das Disposições Transitórias da Constituição Federal, mandava pagar também o saldo de precatórios daquela vez em oito ou sete anos, só que foi pago sem correção monetária - porque aquilo inscrevia em julho, pagava um ano e meio depois, em dezembro, em uma época que a inflação era 6.000% ao ano. Ficou: Isso não posso trabalhar. Porque foram precatórios liquidados, pela valor nominal e não pelo valor efetivo real e estão gerando novas ações.

Quanto ao superávit, que o senhor mencionou, o que ocorre é o conceito de competência e o conceito de caixa. A Lei de Responsabilidade Fiscal manda que a gente registre a despesa, na ótica da competência. Empenhou, registra como despesa. Quando é que vou pagar? Depois, que DER fizer a medição de estrada; depois que for faturado pelo fornecedor e alguém atestar: Olha, o fornecedor entregou mercadoria boa, no prazo certo. Aí, é que tem todo o processo de pagamento, no Sistema (?), que vai impactar o caixa. O “time” do caixa não é o “time” do empenho do regime de competência. O senhor sempre vai encontrar algum dinheiro em caixa, que está guardado, para pagar os empenhos que vão vencer, no mês seguinte. Ele diz que no fim do ano, o que ficar de empenhos a pagar, tem que ter o valor equivalente em caixa. Porque a cada mês, a cada quadrimestre, você tem a sazonalidade das safras, da arrecadação de imposto. No fim do ano, você tem que ver o que ficou pendente no regime de competência e dizer: tenho em caixa, o valor correspondente aos empenhos que estão aí feitos nesse ano, que serão pagos no ano seguinte.

Espero ter esclarecido, deputado.

O SR. IRINEU COLOMBO

Fiquei com muitas dúvidas, secretário.

Em relação à Copel e aos “royalties” de Itaipu, o discurso oficial é na linha do Sistema de Previdência. Até agora não foi respondido de quanto é que precisa, qual é o mínimo, em valores. Porque temos um bilhão, 728 milhões - é o dobro disso, para ter um conforto de 25 anos? É o cálculo atuarial? Se não é o dobro, é menos que isso? O secretário falou que precisa de dois bilhões. Eu poderia falar que são três bilhões, na verdade preciso só de um bilhão, eu respondi. Preciso de números. Até agora não apareceram os números. Primeiro, essa questão da Previdência e da Copel, dos “royalties”, se está aumentando o valor dos “royalties”, portanto, daqui a uns dias, não é preciso vender mais a Copel.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Que bom se fosse assim. Se o dólar for a dez reais...

O SR. IRINEU COLOMBO

Se eu não tiver o número, posso presumir tudo. Concorde? Sou um cidadão paranaense. Se eu não tenho o número e estou presumindo que o dólar está aumentando e está entrando mais dinheiro, para o Parana Previdência, vou salvar a Copel. E quero salvar a Copel, deixando-a pública. Essa é uma pergunta que não está respondida para mim.

Segunda, qual é a dívida total: doze bilhões - não importando o prazo -, treze bilhões, quatorze bilhões? Mais ou menos em torno de quanto? Precisariamos desses números, a dívida total: flutuante, precatória.

A Lei de Responsabilidade Fiscal trabalha com a previsibilidade. Você não pode chegar no final do ano, esperar que o soja dê uma safra boa, que você vai ter mais ICMS, e que vai pagar o empenho, que está colocado aqui. Qual é a previsibilidade? Estão tranquilas as finanças do Estado e poderemos chegar em dezembro e ter atraso de funcionários públicos? Esta previsibilidade não está constatada aqui. O primeiro quadro, a previsibilidade minha, baseada nos quadros 01 e 02-B, é de que vamos logo, logo, ter uma crise grave financeira no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Secretário, pediríamos que fôssemos breves, porque no nosso tempo da sessão, já esgotou, em cinco minutos.

Pediríamos aos secretários para abreviarem as suas informações, porque temos ainda mais dois deputados inscritos.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Parana Previdência, royalties. A Parana Previdência tem um sistema de contabilidade que está na internet, no site da Parana Previdência, abrindo todas essas informações que o senhor pediu, e tem um conselho de administração, um conselho fiscal onde estão representados inclusive órgãos sindicais dos trabalhadores. Quer dizer, fazem parte do Conselho da Parana Previdência, representantes do Sindicato dos Servidores e que cobram, atestam, estão lá no site todos os dados que o senhor pediu, se caso precisar de mais algum, se quiser nos dar a honra da visita na Parana Previdência, o nosso diretor financeiro, Nelson Narcorde, irá disponibilizar. Se tem algo que tem que ser ainda mais transparente do que tudo é o Fundo Previdenciário. Ele é altamente fiscalizado.

O Conselho Fiscal, Administração, Tribunal de Contas, Banco Central, Ministério da Previdência, lá como presidente, eu sou o homem mais fiscalizado do mundo, como se tivesse 500 holofotes em cima de mim. O senhor está convidado a ir lá e terá essa abertura toda.

Eu não tenho bola de cristal para dizer o seguinte: o dólar não vai voltar a cair, o dólar fica em 2 e 30 ou volta para 2 e 10?

O que é da lógica do regime previdenciário é o compromisso das partes de manter através da contribuição, o equilíbrio atuarial, e aí falta uma legislação.

O Congresso Nacional está com uma emenda, constitucional, para tornar claro que o inativo, o serviço público também contribui. Criou-se com a decisão do Supremo a falsa idéia de que os regimes previdenciários ficam em pé, não desmoronam. Se só os coitados que estão na ativa tiverem que pagar por todos que estão na inativa e ganhando salários mais altos porque esses não devem pagar.

Sou aposentado do Banco Central, 40 anos de trabalho, estou aposentado já há um bom tempo e pago agora, minha contribuição subiu de 10 para 15%, eu, na minha fundação, faço questão de pagar porque isso garante que a fundação esteja sólida.

Então, esta é uma questão que tem que ser definida e tem que ser pensada.

A questão que o senhor levantou da dívida total, dos dados que a minha brava equipe, a minha não, a equipe do Ingo aqui presente, representa o seguinte: nós temos o total da dívida considerando este resto a pagar, isso tudo, de 8.496.917, sem incluir os precatórios, cujo saldo atual é 2 milhões e oitocentos. Então, só que o precatório, como falei, está sub-judice, eu chegaria num valor mais alto, mas para efeito legal do mapa existente da dívida, a nossa dívida é, efetivamente, tirando os precatórios, e incluindo restos a pagar, que não pode ser considerado dívida, porque os restos a pagar, muitas vezes dependendo de alguns procedimentos, daria 8.496.917, isso é o dado que os técnicos aqui do Paraná...

O SR. IRINEU COLOMBO

Mais a dívida empenhada, como promessa de pagamento.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Está empenhada.

O SR. IRINEU COLOMBO

A flutuante não está. Tem alguma coisa errada aí, porque a flutuante, 3 bilhões 776 milhões, segundo os dados do próprio governo, mais esses 7 bilhões 980, dá 12 é mais de 12 bilhões a dívida total do Estado do Paraná.

Vou ter que presumir porque não tenho esta resposta, eu vou ter que amanhã fazer um discurso aqui na Assembléia, vou ter que presumir tudo, eu não tenho essas informações, estou baseado em várias informações e tal, e aí vou começar na presunção, e não precisa mais vender a Copel também.

Se hoje nós estamos numa situação confortável com a Parana Previdência com um bilhão e setecentos milhões, então não precisa vender a Copel.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Deputado, se o senhor quiser incluir o precatório da Estrada de Ferro Central do Paraná, é mais 2 bilhões, o senhor chega num número astronômico. Na verdade, os números, excluídos os precatórios, que está sub-judice, são 8.216.917 de dívida total e tem 279 milhões, 818 mil de resto a pagar. Só que o nosso resultado primário do bimestre que é de caixa, isso não está no conceito primário, porque é um regime de competência, é um regime de caixa.

O senhor viu no estado primário e tem restos a pagar, empenhos que estão seguindo o seu curso normal, sobrenormal, alguns podem estar atrasados ou não, são 279 milhões.

Então somando 8.216.917, que é a dívida total com esse líquido 279.808 de resto a pagar, que pode chamar de dívida flutuante; flutuante porque pára dentro do exercício.

O conceito flutuante exigiu dentro do exercício, o conceito consolidado é a longo prazo. Então chegamos ao número que lhe dei de 8.496.917. Se o senhor acrescentar dois bilhões e oitocentos de precatórios sub-judice, isso chega a 11.296, mas o conceito de dívida, evidentemente, é aquele que está flutuante, é 279 milhões.

O SR. IRINEU COLOMBO

O povo vai ter que pagar 12, mesmo, não vai ter jeito.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Não sei, nós vamos ter que receber do Governo Federal tudo isso.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Gostaria de pedir a gentileza do Deputado Colombo, que agora já fez as suas colocações, como 2º vice-presidente pudesse assumir momentaneamente a nossa presidência aqui, ao passo em que concedemos a palavra ao Deputado Hermes Fonseca.

O SR. HERMES FONSECA

Objetivamente, senhor secretário, quadro 05, Receita Corrente Líquida, receita acumulada dos 12 meses anteriores, 5.857 bilhões, projeto de lei orçamentária, de defesa orçamentária, estima a mesma receita em 5.213 e a previsão contida no quadro 05, estima em apenas 3.870 bilhões.

Se verificar esses números, secretário, nós vamos estar dentro de um quadro...

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Mais uma feliz coincidência. Hoje pela manhã, eu tive esta mesma pergunta.

Essa última coluna são os 8 meses que faltam, não é o ano todo. Aqui eles pagaram o quadrimestre, aí previsão para o exercício, faltou colocar resto do exercício.

O SR. HERMES FONSECA

O quadro nos leva a fazer o raciocínio que eu fiz.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Vamos clarear isso, acho que é fundamental; o senhor tem toda a razão.

O SR. HERMES FONSECA

Porque diante disso, se nós temos que arcar com a despesa, o Estado tem que arcar com uma despesa pessoal de 3.2 bilhões, e o juro da dívida consolidada é de 600 milhões, só isso aí absorveria essa estimativa de receita, então nós não teríamos como pagar as demais despesas do Estado.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

É verdade, nós vamos corrigir o título.

O SR. HERMES FONSECA

Vou reservar-me.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Os técnicos estão se defendendo mostrando a Portaria nº 470, da STN que obriga a fazer assim. Mas, acho que não somos obrigados a fazer uma coisa que sabe que não está dizendo aquilo com clareza. Então vamos mudar o nome da coluna. O importante é que o povo entenda.

O SR. HERMES FONSECA

Em virtude do avanço da hora e da sessão estar praticamente encerrada, reservo-me então de fazer as demais perguntas e esta mesma, até para discriminar essa estimativa, fazer por escrito, através da Assembléia, nas sessões seguintes, para a Secretaria do Planejamento.

Muito obrigado.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Secretaria da Fazenda, porque são dados da Fazenda.

O SR. HERMES FONSECA

Sim, mas o senhor secretário também está à disposição.

O SR. PRESIDENTE (**Irineu Colombo**)

O Deputado José Maria Ferreira é o último inscrito.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, antes de fazer qualquer comentário, gostaria de cumprimentar o Secretário Miguel Salomão, pela paciência, pela diplomacia com que tem se portado.

Entretanto, acho que tem o desconforto pessoal, além daquele que manifestou recentemente. Por quê? Porque sendo um homem dado e afeito à modernidade e às questões técnicas, vir a esta Casa de maneira tão

pobre, não de riqueza de formação pessoal, mas instrumental para fazer essa exposição, acho que nós precisamos rever na próxima, Secretário Miguel Salomão, porque aqui nós tínhamos que ter uma transparência, uma data show para que pudéssemos expor e deixar mais claro. O objetivo da Lei 101, é justamente da transparência, da publicidade dos atos e aqui nós recebemos - é o protesto que faço, nós recebemos na última hora. O governo está sem planejamento para prestar contas da Lei 101 e ele em nenhum momento se mostrou com condições de realizar, a ponto de a própria Bancada do Governo - no grande período de sessão desta audiência, ter um ou dois parlamentares nesta Casa.

E aqui rendo minhas homenagens pela presença da Bancada do Governo, na pessoa do Deputado Chico Noroeste que está aqui para ouvir, onde devia estar aqui, inclusive para ter condições de contradizer as questões colocadas pela Oposição.

É lamentável que num momento histórico em que a sociedade tem a oportunidade, através desta Casa e tenho certeza, também, que deverá fazê-lo através de publicações, conhecer os dados do governo, nós não temos audiência e não tem o governo os equipamentos necessários para fazer.

Comentou e questionou Vossa Excelência, - secretário, o Deputado Neivo Beraldin a respeito da dívida e com muita propriedade o fez também o Deputado Irineu Colombo. E nós continuamos com os mesmo valores, com as mesmas dificuldades. No passado recente, esta Casa contraditou o Secretário Giovanni Gionédís, pela tribuna, e dizíamos que estavam criando números. E, na realidade, o secretário, representando o governo criou foi fantasia para o Paraná. Porque, hoje, temos valores que o Tribunal de Contas traz, de 13 bilhões e 300 - em 99. O Banco Central em 2000, traz, no seu relatório um valor de 9 bilhões 532 milhões 966 mil e Vossa Excelência traz um saldo de dívida de 7 bilhões 980 milhões 793 mil reais com uma defasagem de 1 bilhão 552.

Ora, será que nós temos tantos dados conflitantes com relação à dívida, mas não temos com relação à receita? Não temos com relação à despesa de pessoal, não temos dados com relação ao empenho. Por que a dívida causa uma celeuma tão grande. Desculpe-me, aqui, os nipônicos, parece coisa de japonês quando fala em número. Vossa Excelência já percebeu quando fala um número pouco maior, como é que a comunidade japonesa fica? Um fala com o outro para achar um termo. E aqui está parecendo o Governo do Estado do Paraná com essa dificuldade de encontrar o número da dívida.

Vossa Excelência acabou de responder ao Deputado Irineu Colombo, quando questionava que o valor da dívida estadual é de 8 bilhões 496 milhões 217 mil. Se tínhamos, pela própria informação de Vossa Excelência, se tinha uma dívida de 9 bilhões 532 e nesse

quadrimestre a dívida saltou de 7980 para 8216, tendo um incremento de 235 milhões, já temos aqui - só nesses números que são de Vossa Excelência, uma dívida de 9780! Por que ainda teima o governo em apresentar uma dívida de 8216? Estou pegando os números que Vossa Excelência traz.

Para não me alongar, sugeriria que o Governo do Estado, através da Secretaria de Planejamento, fizesse um seminário sobre a dívida do Paraná para esclarecer: a que nível está, quanto nós temos, quanto nós devemos e que nós pudéssemos fazer uma discussão profunda do que é a dívida. Quem sabe o Governo sairia mais aliviado e, sobretudo, a população do Paraná sairia mais aliviada. E nós podíamos fazer os números dados pelo governo e não o que acabou de dizer e afirmar o Deputado Irineu Colombo: posso fazer qualquer ilação, porque os números não correspondem. Posso, amanhã, fazer o comentário que quiser da tribuna desta Assembléia e dizer a dívida do Paraná.

Esta é a sensação que o senhor deixa, mesmo vindo a esta Casa trazer esclarecimentos a respeito das contas do nosso Estado. Essa é a pergunta que faço.

Desculpe se me alonguei, mas vai ser a única, então, fico dentro do tempo que me foi reservado pelo presidente.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Deputado, muito obrigado.

O senhor levantou uma questão, que eu não poderia deixar de abordar, aqui: o conceito de dívida. Olha, que interessante, vamos ao quadro 7A, primeira coluna, saldo do exercício anterior. Vocês vão ver com os economistas.

O quadro 7A é feito em atenção ao artigo 53, inciso 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal. O senhor encontra aí uma dívida fiscal líquida, lá no final, de 9.217.958. Olhe que na linha de cima tem receita de privatização de 1 bilhão 603 milhões integrando este saldo. E já no ano de 2001, no bimestre anterior e no bimestre atual, este saldo de dívida desaparece, parece que pagamos como por encanto 1 bilhão e 600, e cai a dívida fiscal líquida de 9.217 para 7.600. Esse um e seiscentos é o leilão do Banestado, que na regra do Banco Central, veja que coisa curiosa, na regra do Banco Central necessidade de financiamento do setor público é dívida. Eles encararam isso como uma necessidade de financiamento do setor público, que na verdade é um dinheiro que saiu do leilão direto para o Banco Central, para pagar o empréstimo que fizeram. Mas ele foi somado, deputado, 1 bilhão 613.452, como uma dívida, uma privatização que o tesouro tivesse feito para pagar a dívida do tesouro. Não é isso. Faz parte do financiamento e do saneamento do Banco, do PROER, essa operação. E desapareceu agora, por isso que baixou.

Dá impressão que nós estamos chunchando, aqui, na verdade não estamos.

Como é que a dívida baixou de 9217 para 7600? Estão chunchando os números? Não estamos. Na verdade, é um dinheiro que se o leilão não tivesse dado, se o leilão fosse zero continuaria sendo 9 a dívida. Mas com o leilão gerou e nós abatemos o financiamento, que está lá em cima a dívida consolidada, baixou.

Então, o senhor tem toda a razão, está na hora de fazer um seminário, para entender o que os economistas chamam de necessidade de financiamento do setor público nem sempre é dívida.

Aceito a sua sugestão, vou passá-la ao Secretário Ingo. Na verdade, estou aqui como parceiro da Fazenda, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal é tocada no País inteiro por uma dupla, Fazenda e Planejamento. Estou fazendo a minha parte e vou sugerir, achei a sua proposta muito boa. E quanto à apresentação, mais bonita.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Não é mais bonita. É com mais informação.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Na internet tem, inclusive para a população poder dar sugestões, é interativo, pode-se dar sugestões, fazer perguntas no site, não me lembro, onde estão todos estes dados. O cidadão que não entende nada, pode entrar ali e fazer uma pergunta e tem também o glossário, o endereço da Fazenda. Nós queremos chegar ao povo, não somos artistas mas temos que chegar lá onde o povo está, isso é fundamental. E como estamos começando um novo modelo, me penitencio, reconheço que muitos dados sobre arrecadação se completam e se fecham no meio do mês, os colegas da Fazenda têm que contabilizar, depurar, bater, e muitos dados só estiveram disponíveis no dia 25, para preparar tudo isso e pôr na internet no dia 30. Mas que bom que está lá. Daqui para frente em cima daqueles dados pode disseminar informação, pode colaborar para que a transparência, efetivamente, chegue ao povo, embora a população tenha que fazer um esforço muito grande de moldar o foco de interesses, isso é coisa dos políticos, ou dos técnicos, não, isso é coisa do povo, é dinheiro público.

Obrigado, deputado pelas suas sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Só consulto o deputado José Maria, está encerrado?

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Está, adiante o horário.

O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Vou conceder, pela ordem, primeiro ao Deputado Neivo Beraldin, em seguida ao Deputado Caíto, em seguida encerramos a sessão.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, quero apenas fazer uma constatação. Dizer que no ano de 98 o Estado deixou de baixar 7,3 milhões de ativos em relação a 1999. Quer dizer, ele vendeu 7,3 milhões e deixou baixar o ano seguinte, 1999. Isso aqui são dados do Tribunal de Contas.

“Para melhor esclarecimento, há de se ressaltar que a contadoria estadual, não obstante a realização da receita decorre de alienação de bens na importância de 7,3 milhões, não procedeu à respectiva baixa. A consequência desse fato ocasionou a irrealidade do ativo, bem como o resultado patrimonial não reflete a sua exatidão”.

Então, senhor presidente, agradeço a oportunidade da questão de ordem e também solicito o inteiro teor das notas taquigráficas da sessão pública realizada hoje.

Com a palavra, o deputado Caíto Quintana, último orador inscrito.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Queria fazer uma solicitação. O Deputado Waldyr me falou que já foi feita, mas vou reforçá-la.

Secretário Miguel Salomão, sei que é uma prática nova da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas que nós, no próximo quadrimestre não tivemos essa entrega no último dia para a Assembléia, há uma dificuldade muito grande, nem todo mundo é afeito a análise de balanço, e dados contábeis e tal, requer um tempo melhor para poder estudar e para poder até orientar-se a respeito dos números, gráficos, códigos que existem. Então, que não deixássemos para entregar no último dia, para evitar, inclusive, polêmicas como a de ontem, que fica ruim às 11h00 da manhã entregar-se aqui na Casa, para fazer uma sessão às 14h00 da tarde, quer dizer, não há a menor possibilidade. Espero que na próxima vez possa se entregar antes, para que possamos ter outra visão.

E a outra questão, secretário, que eu também tenho uma preocupação muito grande é com o Fundo. Quando da aprovação da Lei do Fundo, nós tentamos de todas as formas ver uma possibilidade de que não pudesse o Fundo ser, por uma outra lei, desfeito. Infelizmente, isso não existe.

Portanto, se nós tivermos o procedimento que os governos tiveram com o IPE, e aí eu não incluo o governo atual, incluo os outros, todos, que nós não venhamos a capitalizar esse Fundo e ele ficar sem o recolhimento do Poder Público, que não só no Paraná, mas no Brasil inteiro, quem menos recolhe para a Previdência é exatamente o setor público, se não fizermos o recolhimento da parte do patrão, nós vamos acabar fazendo o erro do estudo realizado para a viabilização do Fundo.

Então, eu queria deixar essas duas considerações. Se nós passamos para um sistema de Fundo de Previdência, esse Fundo de Previdência tem que ser um suporte constante e permanente para o aposentado.

Segundo lugar, que nós possamos discutir essa questão sempre com antecedência maior do conhecimento daquilo que o governo trará, para que se possa

questionar e conhecermos a realidade do Estado, que isso não causa surpresa daí para ninguém, nem para uma parte, nem para outra.

De resto, eu não vou fazer, Deputado Colombo, nenhuma pergunta, até por causa disso. Acho que quando não estamos devidamente preparados sobre o assunto é perda de tempo, porque eu não terei como contestar os seus dados.

Espero que na próxima vez nós tenhamos na Casa com 4, 5 dias de antecedência, a Prestação de Contas do Governo.

Agradeço!

O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Portanto, vamos conceder ao Secretário Miguel Salomão as suas considerações finais para o encerramento da sessão.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Gostaria de tocar num ponto importante, se ao apresentar os números nós devemos colocar todo aquele texto para convencer o leitor, fazer a cabeça do leitor, de que aquele texto é uma maravilha. Fico pensando porque a STN (?) nessa Portaria de 470, não recomendou nenhum tipo de texto, mas exigiu quadros e números para a livre interpretação das pessoas. Porque nós sabemos que escrever é uma arte e você pode induzir alguém a colocar um texto na frente de um quadro e dispensar a leitura do quadro, e focar no texto tudo aquilo que lhe convém, e não citar aquilo que não lhe convém. Acho que a STN foi sábia quando estabeleceu quadros absolutamente técnicos que permitem às pessoas, de todas as correntes, fazerem a leitura livre daquilo. Claro que para nós, do Estado, interessa colocar um discurso governista em cima daquele quadro, mas temos o direito de fazê-lo. Temos o direito de induzir a população a ler ali só aquilo que interessa? Então, é assim uma questão que eu deixo, é reflexão nossa. Confesso que não tenho certeza do que é ideal, mas dentro da linha que foi citada temos que ter dados, os dados têm que existir e ser os mais amplos possíveis. O texto é que tenho dúvida se podemos já apresentar.

Quanto à antecipação do quadrimestre, deputado, vamos fazer todo o esforço, eu fiz questão de trazer aqui todo o alto comando da Fazenda, do Planejamento, convidei-os, para sentirem isto aqui e lá eles verem qual é a dificuldade que existe no SIAT, no sistema do Estado, para que esse relatório fique pronto antes, venha para a Assembléia, se possível, com quinze dias de antecedência da audiência, porque até para mim será mais confortável, para mim, para quem vier fazer no próximo quadrimestre a apresentação que, provavelmente será o Secretário da Fazenda ou nós dois juntos, o que seria muito bom para mim. Então, acho que é muito bem-vinda a sugestão.

Quanto ao Parana Previdência, a perpetuidade dela tem a lei estadual, é difícil mudar, aprovar nesta Assembléia, uma lei botando abaixo a lei do Parana Previdência, os senhores deputados não permitirão. Mas, há muito

mais arcabouço legal, a Lei Federal nº 9717, que trata dos Regimes Próprios de Previdência, é muito dura quanto essa questão. Os Estados é que têm que constituir Regimes Próprios de Previdência sobre regras atuariais, sob pena de sofrerem várias punições. A Lei Haully que disciplinou as compensações financeiras do INSS aos regimes dos Estados, também amarrou essa compensação, à existência dos fundos constituídos dentro da Lei nº 9717. Está tudo muito bem amarrado. Quem extinguir a Parana Previdência vai decretar o fim das compensações financeiras do INSS, que nós levamos sete anos para “arrancar” a Lei Haully do Congresso, estava parado lá desde 1992, saiu em 1999, pela união dos paranaenses e do Ministério da Previdência. E há também toda a Lei de Responsabilidade Fiscal, hoje, que consagrou os Fundos de Previdência, principalmente, o artigo da Lei de Responsabilidade Fiscal que diz: “toda e qualquer receita da alienação de ativos, por exemplo, dentro da Copel, deverá ser destinado a fundos e preferencialmente de natureza previdenciária.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, posso fazer uma pergunta a mais aqui?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Com todo prazer.

O SR. NEIVO BERALDIN

Qual é o saldo que tem hoje, a Parana Previdência em caixa?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

O total de ativos nossos dá cerca de um bilhão e setecentos milhões de reais, aí a avaliação do dólar faz os certificados subirem, mas está na internet, no site da Parana Previdência, atualizado sempre, como é um número que muda todo dia na faixa de câmbio.

E sobre isso queria dizer o seguinte: o aumento da nossa dívida no quadrimestre, reflete o novo dólar em cima da dívida externa, o empréstimo do BID 1, BID 2, BID 3, BID 4 para fazer no Paraná que está sendo pago hoje, ele tendo o saldo em dólar, os empréstimos que fizemos nesse governo para o Paraná Doze Meses, o empréstimo para o saneamento, todo empréstimo em dólar, o Paraná Urbano tem um saldo em dólar e cada vez que o dólar sobe aí sobe. Então, dá a impressão de que tomamos aquele dinheiro do Mercado para custear o Tesouro, não é verdade.

Então tudo isso aí é importante...

O SR. NEIVO BERALDIN

Abusando um pouco da sua boa vontade, nesse um bilhão e setecentos milhões que estão em caixa do Parana Previdência, é oriunda de onde?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

O principal são antecipações dos royalties que estão, não disponíveis em dinheiro, em certificados que vencem a partir de 2003. Mas estão reservados para o servidor.

O SR. NEIVO BERARDIN

Mas quanto por cento é?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Ah! O grosso diria que devemos ter cerca de...

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Foi um milhão, quinhentos e setenta e quatro recebido em agosto do ano passado.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Isso. Só que como a variação do dólar subiu e nós usamos uma parte que já venceu em 2000...

O SR. NEIVO BERARDIN

Quanto foi a antecipação dos royalties? Qual foi o montante da antecipação?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

O volume total, deputado... tanto número na cabeça, mas dava cerca de novecentos e poucos milhões de certificados corrigidos pela taxa de câmbio e mais cerca de seiscentos e poucos milhões em certificados corrigidos pelo IGP. Então, dava cerca de um bilhão, quinhentos e setenta milhões, a grosso modo.

O Sr. José Maria Ferreira

O governo tem feito o recolhimento da taxa regular ao Parana Previdência?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Sim. Houve alguns atrasos porque a Justiça acatou liminares e mandou bloquear a contribuição dos servidores.

O Sr. Neivo Beraldin

O que se constata, em 99, o governo deixou de pagar para a área social: IPE, DER - 250 e poucos milhões de reais, ficou no caixa, na tesouraria. Enquanto gastou 134 milhões de reais em publicidade e propa-

ganda. Isso foi pago, esta é a verdade. Se considerarmos que, nessa época, o dólar era 1/1 e se considerarmos, ainda, que veio um crescente: em 96 gastou 85 milhões; em 97 gastou 117 milhões; em 98 gastou 134 milhões e em 99 gastou 39 milhões mais 2 milhões que eu ainda tenho dúvida. Dos 39 milhões, apenas 19 milhões foram aprovados pelo PADV's. Da despesa e publicidade, da direta, o governo teve a despesa em publicidade, apenas autorizou 10%. Da despesa em publicidade e propaganda indireta, que foi em torno aí de 19 milhões, foi apenas autorizado 0,01%

Não consigo me encontrar - junto com a minha assessoria, como é que essa situação do governo passar dinheiro para agência, 4 agências de propaganda, e, para isso, tem o dinheiro. E para aquilo que é fundamental, que é o social, que é o IPE, etc, não houve o pagamento, ficou em restos a pagar em todos os períodos!

É impressionante, secretário, sei que Vossa Excelência não tem...

Era isso, obrigado.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Muito obrigado a todos, sempre sou muito bem tratado aqui na Assembléia, e isso me anima sempre a voltar. Então, estou sempre à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Irineu Colombo**)

Agradecemos a permanência dos senhores deputados: Waldyr Pugliesi, José Maria Ferreira, Caíto Quintana, Neivo Beraldin e também a gentileza do secretário, de ter ficado até esse momento.

Obrigado.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, reitero a necessidade das notas taquigráficas, até porque, na próxima semana usarei a tribuna para fazer um relato da audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (**Irineu Colombo**)

Solicito ao Serviço de taquigrafia que providencie as cópias para o Deputado Neivo Beraldin.

Está encerrada a sessão.